



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Ordinária de 16 de setembro de 2019

Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Helena Figueira Vieira Pimentel de Matos, em substituição da Senhora Deputada Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição do Senhor Deputado José António de Abreu Gonçalves Seródio; Maria Cecília Pinto da Silva De Sampaio, em substituição do Senhor Deputado Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacer-



da; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União das Freguesias Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição da Senhora Presidente, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a Sessão.

Pelo facto de se encontrar ausente o 2.º Secretário da Mesa, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** solicitou ao Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido para indicar um membro para o substituir.

Foi indicado o Senhor Deputado José Gagliardini Graça para ocupar na Mesa o lugar de 2.º Secretário.

ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

– Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 1 de outubro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 42 votos a favor (20 RM + 10 PS + 5 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção da Senhora Deputada Cláudia Costa Santos (PS).



– Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 22 de outubro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

– Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 12 de novembro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 42 votos a favor (19 RM + 11 PS + 5 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção do Senhor Deputado José Gagliardini Graça (RM).

– Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 19 de novembro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 42 votos a favor (19 RM + 11 PS + 5 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção do Senhor Deputado José Gagliardini Graça (RM).

EXPEDIENTE

(Expedido em 12.09.2019)

- Relatório Anual do Mercado Temporário do Bolhão – maio de 2018 a abril de 2019;

- Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “Pela utilização pública dos terrenos e prédios municipais”, aprovada em 28 de junho de 2019, na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, NUD/253306/2019/CMP;

- Moção apresentada pela CDU “Pelo direito das populações a recuperar as suas Freguesias”, aprovada em 28 de junho de 2019, na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, NUD/253242/2019/CMP;

- Recomendação apresentada pela CDU “Sobre os Transportes Públicos de Passageiros no Porto”, aprovada em 27 de junho de 2019, na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, NUD/251196/2019/CMP;

- Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “Contra a Extinção do Provedor do Inquilino Municipal” aprovada em 28 de junho de 2019, na Assembleia de



Freguesias da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, NUD/252243/2019/CMP;

- Moção apresentada pelos eleitos nas listas PPD/PSD “Pelas Praias do Porto” aprovada em 25 de junho de 2019, na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro, Nevogilde, NUD/259223/2019/CMP.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Leite.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) apresentou o seguinte Voto de Pesar: “No passado dia 24 de agosto faleceu Jorge Leite. Professor jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, deixou como uma das principais marcas da sua carreira académica a defesa da autonomia do direito do trabalho, face a outras áreas do direito. Foi um dos impulsionadores, há mais de 25 anos, da revista ‘Questões Laborais’. Para além do pensamento rigoroso nos temas do direito de trabalho teve em toda a sua vida uma exemplar intervenção cívica, empenhando-se no combate à precarização dos vínculos laborais e às políticas de desvalorização económica e pessoal dos trabalhadores. Só com condições dignas de trabalho, só com salários dignos se promove o crescimento económico e o desenvolvimento humano’, escreveu Jorge Leite. Através dos seus inúmeros escritos e também pelo seu exemplo de vida, deixou-nos um legado inestimável de coerência, de defesa dos direitos do trabalho, da justiça social e da dignidade da pessoa humana. A Assembleia Municipal do Porto, reunida em sessão ordinária em 16 de setembro de 2019, delibera aprovar um Voto de Pesar pela morte de Jorge Leite, referência maior na luta pela dignificação do trabalho e pela justiça social”.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 44 votos a favor (20 RM + 12 PS + 5 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção do Senhor Deputado Paulo Jorge Teixeira (RM).

Cumpriu-se um minuto de silêncio em sua memória.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

– Recomendação “Pela assunção pela STCP de novos serviços e responsabilidades”, apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) referiu que: “Nós hoje vamos discutir no primeiro ponto a assinatura ou a concretização daquilo que é o memorando de entendimento para os STCP, que inaugura, pelo menos, uma nova fase naquilo que é a relação, por excelência, da cidade e dos municípios com a operadora de transportes públicos da cidade. Para além daquilo que será discutido no seu ponto primeiro, o memorando de entendimento em si, ou o próprio documento, que nós naturalmente acompanharemos, entendemos que é também o momento de fazer um pouco uma reflexão sobre algumas das questões que, embora apenas conexas, não se encaixam propriamente no ponto que será discutido na Ordem de Trabalhos. E, por isso, o Bloco de Esquerda queria que aqui fosse definida também uma posição desta Assembleia Municipal, em relação a três aspetos muito concretos. O primeiro refere-se a uma preocupação que foi manifestada por todas as forças políticas e que tem a ver com o necessário envolvimento dos trabalhadores e das trabalhadoras da STCP. Todos conhecemos as dificuldades com que as organizações representativas dos trabalhadores acompanharam o processo, inclusive essa preocupação foi reconhecida pelo próprio Ministro do Ambiente, por isso, o Bloco de Esquerda entende que devemos ter aqui o cuidado de todo este processo, pelo menos até 2023, ser sempre acompanhado de um diálogo com estes trabalhadores. Em segundo lugar, parece-nos também importante, neste momento, tomarmos aqui uma posição relativamente àquilo que pode, e no nosso entender deve, ser o papel da rede elétrica aqui do Porto. Nós temos, neste momento, uma linha de carros elétricos que serve essencialmente o turismo, serve essencialmente os turistas e não serve para melhorar as condições de mobilidade. Nós entendemos que é também a altura de renovar a relação da cidade com o elétrico. E, por fim, as faixas BUS. A STCP precisa, para cumprir a sua função, de ter as condições que lhe permita, na cidade, ter prioridade sobre os



automóveis, o que nos parece essencial para retirar carros da cidade, sendo também essencial que esta Assembleia Municipal se posicione relativamente a essa matéria”.

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) deu conta que: “Sobre o conteúdo desta proposta deixar duas ou três breves considerações. É evidente que dentro de momentos iremos discutir decisões importantes acerca da STCP, ou seja, desta operadora pública de transportes e do envolvimento da Autarquia do Porto e de outras autarquias do Grande Porto, e pensamos que alguns dos conteúdos aqui propostos, estão já, de alguma maneira, incluídos na discussão que vamos ter dentro de momentos. Os conteúdos que aqui são referidos vão no sentido positivo, embora não acrescentem, no essencial, novos elementos no que diz respeito às discussões que o órgão Assembleia Municipal do Porto tem vindo a ter, ao longo do tempo, no que aos transportes públicos do Porto diz respeito”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) considerou que: “Esta é daquelas recomendações próprias do tempo das eleições. É que para todos votarem a favor dizemos uma coisa tão redonda que não diz lá nada. Toda a gente quer aumentar a fluidez da circulação dos autocarros, que se levante o primeiro que queira que eles andem mais devagar. Isto é tautológico, isto é redundante, isto é uma verdade de La Palice. A valorização dos elétricos, que se levante também o primeiro que não quer que os elétricos sejam valorizados. Agora, garantir o envolvimento dos trabalhadores e das trabalhadoras, eu permito-me dizer só dos trabalhadores, no sentido em que abrange ambos os géneros, isso foi feito, e foi-lhe dito, e já foi explicado, Bloco de Esquerda, isto já foi assegurado e os Senhores insistem, e isso é que é pena, porque o facto de estarmos na época que estamos não justifica que se continuem a dizer as coisas só para aparecem nas manchetes dos jornais. Não vale a pena. Portanto, isto para lhe dizer que como isto é tão redondo e não diz coisa nenhuma, nós vamos abster-nos, porque realmente...”.

Deliberação: Aprovada, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 26 abstenções (21 RM + 5 PSD).



– Recomendação “Pelos rios e ribeiras da cidade do Porto”, apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) comunicou que: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu irei fazer umas pequenas alterações à recomendação, e farei chegar à Mesa versão a final, uma vez que, entretanto, recebi informações por parte dos serviços que me fazem aqui atualizar alguma informação. Um pouco por todo o País temos assistido a problemas muito graves, no funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais, acontecendo com frequência descargas diretas para o rio. Referir aqui que, no Porto, durante o mês de junho, a ETAR do Freixo esteve com um problema na decantação primária, e retiraria aqui a parte referente à ETAR de Sobreiras, porque, entretanto, já me foi dada a informação de que não foi feita uma descarga direta desta ETAR para o rio Douro. Não obstante, tem-se observado que vários rios e ribeiras da cidade do Porto são alvo de descargas, que vão contaminando aquilo que são os nossos recursos hídricos. Por outro lado, não podemos deixar de referir nesta moção aquilo que tem sido o trabalho de despoluição do Rio Tinto, tendo a Câmara Municipal do Porto e a Empresa Municipal Águas do Porto tido um papel bastante ativo, e acreditamos até que, no que diz respeito à despoluição dos rios, este possa ser um exemplo inspirador para outros municípios. Aqui nesta recomendação citamos alguns dados do Relatório e Contas da Empresa Municipal Águas do Porto do ano de 2018, e as alterações que faria na proposta de recomendação, seriam: em relação ao ponto b) fui informada que já se realiza esta comunicação, que ela já está a ser realizada no *site* da Empresa Águas do Porto, pelo que o retiraria; manteria o ponto c), tornar públicas as análises da qualidade dos efluentes libertados pelas ETARs, nomeadamente os resultados das análises que são comunicados à APA. No que diz respeito aos pontos d) e e), inverteria aqui a ordem, sendo que o que se propõe é dar conhecimento à Assembleia Municipal do diagnóstico de agressões urbanas ou industriais ao meio hídrico, que ocorrem na cidade do Porto, e identificar se essas agressões ocorrem de forma direta ou indireta.



O ponto a) é também na perspetiva de informar a Assembleia Municipal se existem problemas de funcionamento nas ETARs e, existindo, informar sobre o diagnóstico e o que é que está previsto fazer”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) disse que: “Eu agradeço as precisões que foram feitas pelo PAN relativamente ao teor da moção, havendo ainda que dar informações adicionais a este respeito. Relativamente à matéria da alínea a), Senhora Deputada, a Águas do Porto deu e dá um grande enfoque e tem um investimento larguíssimo, de mais de meio milhão de euros, nesta matéria, em que não houve e não há notícia, portanto, não se reporta o que não existe, ou seja, não houve nenhum incidente grave com nenhuma ETAR e, por isso, o reporte não foi feito. Portanto, quando nos pede para pugnar pelo diagnóstico, pela calendarização da resolução, ouça, tudo isto está mais do que assegurado, ao que julgo saber o investimento é fortíssimo, portanto, nós não podemos aceitar esta recomendação. Relativamente à alínea c), não temos nenhum problema em tornar públicas essas análises, elas são feitas, olhe, julgava eu, na minha inocência ou ignorância, que a APA as teria disponíveis, mas se não tem, penso que os serviços não terão problemas em o fazer. Relativamente às alíneas d) e e), em que agora mudou para informação, eu, segundo consegui obter da parte dos serviços, a informação que pode ser disponibilizada neste âmbito, será uma informação semestral das ações levadas a cabo ao nível das ribeiras e dar nota do estado da massa de água e ações desenvolvidas. Se a Senhora Deputada me disser que, com este teor de informação, que é bastante para preencher o desiderato das alíneas d) e e), nós viabilizaremos esta proposta, se me disser que é mais do que isto, eu, por impossibilidade técnica, terei que votar contra”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que o Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) se ausentou da Sala no início desta discussão.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) salientou que: “Para nós sermos honestos nesta matéria, temos, em primeiro lugar, que nos orgulhar do facto de o Porto ter praticamente desde o início deste século duas ETARs com um tratamento



que vai até ao terciário e que tenham capacidade de tratar todas as águas residuais produzidas no Porto. Isto foi um avanço muito grande e eu estou à vontade, porque fui Presidente da Águas do Porto, mas só tive que pagar a segunda ETAR, as decisões estavam tomadas antes e, portanto, não tenho qualquer mérito nesta matéria. Isto é um facto, nós temos que nos congratular pelo Porto ter esta capacidade, agora, este facto não invalida, as ETARs são equipamentos técnicos e como qualquer equipamento técnico, às vezes, há problemas e nós temos que ter isto em consideração e também que, quando há problemas, o problema é mais forte, porque, sendo as ETARs para onde vão todas as águas residuais, passa a haver uma densidade muito maior e naturalmente que o caudal que lá está e que tem que ir para o rio é maior e mais concentrado. Temos que ter consciência disso senão estamos a fazer demagogia. E qual era a solução para resolver este problema? A única solução que havia para resolver este problema era se fizéssemos uma ligação entre a ETAR de Sobreiras e a ETAR do Freixo para que, quando tivéssemos um problema no Freixo, o caudal fosse todo para Sobreiras, que teria capacidade para o tratar, ou vice-versa. Mas essa ligação não tem permitido fazer este *bypass*, 100% não, portanto, como não permite fazer isto, quando há um problema não há outra alternativa que não seja ir para o rio com os problemas que daí são derivados. O que temos que pugnar é para que isto aconteça o mínimo possível. Agora, há decisões que foram tomadas no passado que contribuem, quer queiramos quer não, para a degradação das ETARs. E houve aqui uma filosofia que foi implementada no Porto, que foi a filosofia da construção dos chamados interceptores, ou seja, em vez de atacarmos o problema a montante, anulando as ligações de águas residuais domésticas ou industriais à rede pluvial, decidiu-se fazer os interceptores na orla marítima e na orla costeira, para salvaguardar, em particular, e defender as bandeiras azuis nas praias do Porto, interceptores esses que captam muitas e muitas areias, porque se trata de águas pluviais que lá vão ter, muitas vezes poluídas, sim, que vão com areias, e que quando entram na ETAR, em particular na ETAR de Sobreiras, destroem aquilo tudo, porque as areias são extremamente abrasivas. Mas esse é um outro problema, que nós podemos depois discutir do ponto de vista técnico, mas esse é um facto que acontece na própria ETAR. Aquilo que eu queria dizer é que nós temos estes problemas, mas, como se costuma dizer, não deitemos fora a criança junta-



mente com a água do banho, porque objetivamente temos um belo sistema na cidade do Porto, temos é que ter a capacidade de tratar dele o melhor possível para que os problemas sejam o mínimo possível. Que poderá continuar a haver problemas, pode, porque as questões são técnicas e não há soluções exclusivamente para se conseguir resolver os problemas técnicos”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) deu nota que: “Relativamente a esta recomendação, o que o Bloco de Esquerda gostaria de dizer era, em primeiro lugar, que nós acompanhamos a preocupação que aqui é exposta, sobretudo, porque tem uma dupla dimensão, tem a dimensão óbvia, que é a preocupação de perceber se as descargas que são feitas no rio são evitáveis e, em segundo lugar, quais são as consequências que elas têm para o ambiente. A segunda dimensão, também essa a não desprezar, é a capacidade que a Câmara tem, a cada momento, de prestar informações o mais completas possível aos cidadãos que assim as solicitam, nomeadamente nas questões ambientais, e aquilo que nos parece que esta recomendação traz também é a capacidade de prestar a esta Assembleia Municipal os esclarecimentos e a informação que lhe permitam acompanhar a atividade duma Empresa Municipal como é a das Águas do Porto. Portanto, eu, enquanto Deputado Municipal, e o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, gostaríamos ser informados quando há uma descarga no rio, para conseguirmos perceber, e até para podermos esclarecer os cidadãos que chegam a nós, o que é que se passou e em que momento, portanto, essa informação parece-nos que deveria ser disponibilizada sempre que possível e da forma possível. Em segundo lugar, tendo este assunto sido trazido aqui à Assembleia Municipal em que se discutiu a questão da APDL, julgo que o próprio Presidente das Águas do Porto disse que estavam a tentar que aquela Empresa fizesse um diagnóstico das fontes poluidoras de algumas das ribeiras do Porto. Parece-me bastante razoável e pertinente pedir que esta Assembleia seja informada do andamento desses trabalhos e dessas diligências e não me parece, pelo menos nós não o lemos dessa forma, que esta recomendação venha criticar ou pôr em causa aquilo que é o trabalho que a Águas do Porto faz, que é reconhecidamente, e daquilo que sei, meritório. O BE acompanhará naturalmente esta votação”.



A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) respondeu que: “O Senhor Deputado André Noronha prestou alguns esclarecimentos relativamente ao que aqui é proposto.

Quero dizer que estamos disponíveis para alterar a recomendação nesse sentido, mantendo então o ponto c), e o conhecimento à Assembleia Municipal das agressões, tendo em conta os aspetos que o Senhor Deputado André Noronha referiu e que serão suscetíveis de ser comunicados à Assembleia Municipal”.

Entrou na Sala o Senhor Deputado Miguel Gomes (RM).

– Recomendação sobre a “Verificação do impacto dos projetos urbanísticos na Cidade” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

– Recomendação “Pela Recuperação e Abertura do edifício da Casa de Chá do Parque da Pasteleira” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) informou que: “As duas propostas que aqui apresentamos são completamente distintas no seu conteúdo. Uma está relacionada com a chamada Casa de Chá do Parque do Parque da Pasteleira, um edifício que eu considero bonito e que foi construído com o objetivo de constituir uma alavanca de animação e de atratividade do Parque da Pasteleira, que infelizmente, ao longo da sua vida, teve vários procedimentos, mas objetivamente nunca teve uma utilização sólida e continuada, sendo, por isso, um equipamento que se tem vindo a degradar. Creio que serviu recentemente para camarins para o concerto que houve no Parque da Pasteleira. Em tempos nós abordamos esse assunto aqui, em reunião da Assembleia Municipal, e também em reunião de Câmara, e a perspetiva que era apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, era no sentido de este equipamento poder fazer parte do Museu da História da Cidade, que já existe nos reservatórios da Pasteleira, e que seria um equipamento de apoio ou complementar ao referido Museu, mas objetivamente continua abandonado e daí o apelo que fazemos no sentido da sua recuperação e da sua utilização, até porque tem aumentado cada vez mais



o número de pessoas que frequentam o Parque da Pasteleira, que é um parque belíssimo da cidade do Porto.

A segunda proposta que apresentamos, porque preocupados com a situação que aconteceu, é o caso concreto de uma edificação na Rua da Corticeira ou Passeio das Fontainhas, que para surpresa, e creio que de todos os decisores políticos, tem uma altura, e agora aqui uma questão, eu chamo-lhe cércea, mas diz a Senhora Deputada Arqt.^a Cláudia Costa que não é exatamente cércea, que tem a ver já com a questão dos telhados e das águas, mas depois falará melhor sobre isso, mas o que é certo é que vem acima do Passeio das Fontainhas, o que chocou toda a gente, levando a que a Câmara tivesse feito um processo negocial com o dono da obra e com os Arquitetos, no sentido de alterar aquele projeto para repor a linha do muro do Passeio das Fontainhas. Isto é uma situação que nos preocupa, porque, naturalmente, os serviços fazem uma análise dos projetos urbanísticos baseados na questão legal, se cumprem ou não cumprem volumetrias, etc., etc., e às vezes está aqui a faltar uma outra componente, que é olhar-se para além daquilo que são os números e ver o impacto que isso pode ter na imagem da cidade. Senhora Deputada, eu não queria antecipar-me àquilo que já falámos, mas efetivamente há uma necessidade de os Serviços do Urbanismo lhe juntarem uma outra componente, porque dizia-me no outro dia o Senhor Vereador Pedro Baganha que, desde que tinha vindo de férias, e creio que não estou a cometer nenhuma inconfidência, tinha mais de uma centena de processos para despachar, sendo humanamente impossível a um Vereador, com cento e tal processos, saber exatamente o impacto de cada um deles. Isso devia ser feito pelos serviços. Nesse sentido apelo aos Serviços para que juntem mais essa componente, no sentido de habilitarem os decisores com mais informação, quando analisam os projetos, que lhes permita medir o impacto real que estes projetos têm na imagem da cidade e dessa forma impedir que haja situações deste tipo e para que não sejamos todos surpreendidos *a posteriori*".

O Senhor Deputado André Noronha (RM) deu conta de: "Duas notas telegráficas para entrarmos na Ordem de Trabalhos que também tem pontos de grande interesse. Relativamente à do edifício da casa de chá, estamos todos, acho, rigorosamente de acordo. A recuperação é necessária, já foram tentadas várias



soluções, e é preciso que seja dito que o Executivo não esteve de maneira nenhuma parado na resolução deste assunto. Já se chegou a um entendimento, primeiro, com a Junta de Freguesia no sentido de esta promover. Estamos abertos a novas soluções, e tudo o que for para recuperar o edifício e permitir a sua fruição pelos munícipes, tem a nossa abertura. Agora, o que parece fazer sentido, no tempo, é que o carácter mais apelativo daquele equipamento possa surgir quando o Museu estiver em funcionamento e, portanto, na sequência e na ordem das coisas, talvez esperar que o Museu abra para criar uma dinâmica que permita tornar mais apelativo aquele equipamento. Relativamente à segunda, também telegraficamente, e penso que o Senhor Deputado não pôs mal as questões, mas nós ficamos todos com a ideia, com o caso que relatou, primeiro, que havia ali um crime de lesa-majestade e depois apercebemo-nos de que não há um erro de apreciação técnica, não há um erro de apreciação legal, aquilo está bem, é assim, aliás a Direção-Geral do Património Cultural também deu o aval àquilo tudo. Depois, há uma questão de sensibilidade e o que eu sei é que, por exemplo, o Senhor Vereador Baganha já fez emitir uma ordem de serviço para que especiais cuidados e recolha de acréscimo de informação relativamente ao edificado seja exigido quando está em causa, por exemplo, uma demolição total, em que deixa de se poder ver o que é que lá existia, e é preciso haver uma informação adicional sobre o que lá existia, para poder não cometer, não diria erros, mas estes incidentes que possam existir. Portanto, a Câmara Municipal do Porto está atenta, está no bom caminho, já tem estas atenções. Portanto, Senhor Deputado Rui Sá, criar aqui mais uma medida para o real impacto que já está a ser feito, só por isso, é que nós iremos votar contra, porque estamos satisfeitos com as medidas que o Executivo tomou relativamente a esta matéria histórica”.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) interveio, dizendo que: “Relativamente à Casa de Chá do Parque da Pasteleira entendemos que em boa hora vem esta proposta e esta iniciativa de trazer a questão. Efetivamente o tempo vai passando e aquele é um espaço da cidade para o qual urge uma resposta que permita que ele seja usufruído pelas pessoas, isto é, para que haja uma garantia do direito das pessoas ao usufruto daquele espaço, o espaço verde e a Casa de Chá com o potencial que ela tem. Relativamente à ques-



tão da verificação do impacto dos processos urbanísticos na cidade, efetivamente, no entender do Bloco de Esquerda, devemos ter em conta que esta é uma medida importante naquilo que é a dita regulação do solo urbano, que trouxemos inclusive na Assembleia Extraordinária passada em que discutimos habitação, porque ela é uma medida que também tem a ver com o direito ao lugar, com o direito à habitação, com o direito dos moradores de terem o seu espaço habitacional preservado e salvaguardado e também, neste caso muito concreto que aqui é trazido, do ponto de vista da sua paisagem e, noutros casos, inclusive, do ponto de vista da segurança. Os dados que o Senhor Deputado Rui Sá aqui trouxe, dos números de pedidos de licenciamento, falam por si mesmo. O ritmo de construção na cidade tem acelerado quase tanto como o ritmo da pressão imobiliária, que também temos discutido sobejamente nesta Assembleia Municipal, e já houve medidas que foram tomadas, como, por exemplo, a questão da inspeção da construção das gruas, que foi tão urgente em consequência de duas gruas que caíram, enfim, mas isto são sinais de que, de facto, os Serviços podem não ter as condições necessárias para acompanhar o ritmo de construção que está a acontecer na cidade, portanto, este licenciamento deve efetivamente ser feito. Se houve essa Ordem de Serviço melhor ainda, mas deve ser feito com este acompanhamento no terreno, esperando que, com as limitações que possam existir nestes Serviços, ela se possa concretizar. Vamos naturalmente acompanhar a proposta da CDU”.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) usou da palavra para: “Muito rapidamente transmitir a posição do PSD relativamente a estas 2 propostas. Relativamente à primeira, sobre a recuperação da Casa de Chá da Pasteleira, nós iremos votar a favor. Entendemos que é um equipamento importante, típico e que, de facto, faz falta ao Parque, portanto, não temos motivos nenhuns para a rejeitar, nem sequer para nos abstermos. Relativamente à segunda proposta, atendendo ao período eleitoral em que vivemos, há aqui como que um objetivo das forças políticas de apresentar propostas, diria eu, quase mornas, porque, de facto, têm relativamente pouco significado e pouca densidade política. Mas sobre esta segunda proposta, o PSD entende que está aqui a ser feita uma recomendação para a adoção de um comportamento, que a nosso ver é absolutamente inútil, porque isto é inerente, digamos, àquilo que



nós esperamos que os Serviços façam, isto é, espera-se que os Serviços, na apreciação dos projetos que lhes são apresentados, tenham a preocupação de verificar o real impacto que os mesmos possam ter na imagem da cidade. Supor que precisamos de fazer uma proposta destas para que os serviços façam isso, para nós seria preocupante, seria passar um atestado de incompetência aos Serviços. A nosso ver, não se deve, digamos, alertar os Serviços para aquilo que nós esperamos que eles façam, de acordo com as respetivas competências. Portanto, nessa medida, o PSD irá abster-se nesta proposta”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que: “Só gostaria de perguntar se, neste caso das Fontainhas, entende então que houve incompetência dos Serviços, que não fizeram o que estava previsto. Ou não?”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite lembrou que: “Senhor Deputado, não é um debate que está aberto, é a apresentação de posições, portanto, parece-me um bocadinho extemporâneo a pergunta que faz”.

Votação da Recomendação sobre a “Verificação do impacto dos projetos urbanísticos na Cidade”.

Deliberação: Reprovada, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 21 votos contra (RM) e 6 abstenções (PSD).

Votação da Recomendação “Pela Recuperação e Abertura do edifício da Casa de Chá do Parque da Pasteleira”.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite colocou à votação de forma desdobrada, a Recomendação “Pelos rios e ribeiras da cidade do Porto” apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) referiu que: “Aquilo que aqui se propõe é que teremos o ponto a) –“Tornar públicas as análises da qualidade



dos efluentes libertados pela ETAR, nomeadamente os resultados das análises que são periodicamente enviados há APA', ou seja, o ponto c) passa a ser o ponto a), e passaríamos a ter um ponto b), no seguimento dos esclarecimentos prestados, que ficaria redigido da seguinte forma: 'Pela prestação de informação semestral à Assembleia Municipal relativa às ações levadas a cabo ao nível das ribeiras, dando nota do estado das massas de água e das ações desenvolvidas'".

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) salientou que: "Senhora Deputada, da forma como a recomendação está redigida, parece-me que os termos são excessivamente vagos e genéricos, pelo que eu tenho alguma dificuldade de compreender qual é o objetivo real da moção".

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) respondeu que: "Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho, há aqui dois objetivos, tornar públicos os dados das análises e a prestação da informação semestral dos trabalhos realizados ao nível das ribeiras, dando nota do estado das massas de água, ou seja, vai de encontro àquilo que eram os pontos a) e d), redigido de uma outra forma, possivelmente menos extensa e menos criteriosa".

Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza "Pelos rios e ribeiras da cidade do Porto".
(NUD/328553/2020/CMP)

Deliberação Ponto a): Aprovado, por unanimidade.

Deliberação Ponto b): Aprovado, com 4 votos a favor (3 CDU + 1 PAN) e 41 abstenções (20 RM + 12 PS + 6 PSD + 3 BE).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA

O Senhor Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António Fonseca considerou que: "A CDU e o Bloco de Esquerda têm por hábito confundir a opinião pública



e vêm muitas vezes a este órgão falar dos problemas da nossa freguesia, do ATL, as creches, etc., mas, votam contra tudo o que seja para resolver os problemas. Eu estou aqui para anunciar que foi aprovado, na passada sexta-feira, com os votos favoráveis do PSD e os votos contra da CDU, do BE e do PS, a abertura do ATL. Portanto, quer dizer, se fechamos há manifestações à porta, se queremos abrir, votam contra. Chega, basta de confundir a opinião pública. Mesmo com sacrifício, vamos abri-lo. E já agora, para a CDU, em particular. A CDU, desde maio de 2009, que tenta ver se eu me evaporo, mas tem sido a CDU a evaporar-se, a água que roubam não evaporam. A questão é esta, não adianta andar a confundir os encarregados de educação, dizer que aprovando uma recomendação a Junta tem que dar ordem, tem que dar andamento à recomendação. Não confundam. Por favor, Senhor Deputado, eu estou à vontade para me dirigir ali ao Senhor Deputado, e ele sabe perfeitamente porquê. A Segurança Social, como estamos em campanha eleitoral, anda a brincar com as pessoas. E anda a brincar pelo seguinte: como sabem há pessoas que não têm condições, para recorrer à habitação social, e então o que é que acontece? Quando há um despejo liga-se para o 144 e depois a Segurança Social dá uma lista de 60 pensões, algumas delas já nem existem, e pedem à pessoa que vai ser despejada para ir procurar uma dessas pensões. Só que estas pensões cobram 400, 300, 200 ou 250 euros de renda e a Segurança Social dá 50 euros, ou assim uma coisa qualquer. Estão a brincar com as pessoas. A Segurança Social tem que saber o que é que se passa no terreno, no Centro Histórico do Porto, não existem pensões por 40 ou 50 euros, nem na cidade do Porto. Não confundam as pessoas. Já basta os problemas que as pessoas têm pela situação dramática que enfrentam. Portanto, estamos em campanha eleitoral e eu peço ao PS, ao BE, à CDU e ao PSD que vejam isto da Segurança Social. E já agora, quero agradecer, mais uma vez, ao PSD o facto de a Junta ir abrir o ATL”.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) referiu que: “Estamos no início de mais um ano letivo. As circunstâncias atuais permitem-nos valorizar novos avanços positivos, que contaram com o contributo da CDU, tais como a



gratuidade dos manuais escolares e o passe gratuito para as crianças. Mas, infelizmente persistem ainda problemas em escolas de vários ciclos, desde a falta de funcionários, veja-se o exemplo do Agrupamento Eugénio de Andrade, até investimentos de requalificação, que tardam em ser materializados, como é o caso das Escolas do Agra e de São Miguel de Nevogilde. Observando as responsabilidades diretas de autarquias e de forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal e a situação específica da cidade, aproveitamos este momento para desenvolver sumariamente duas questões. A primeira, o passe Sub13, a sua abrangência e emissão. Alegadamente, as crianças até aos 12 anos, têm passe gratuito, mas na Área Metropolitana do Porto ainda não é bem assim, desde logo, porque há uma enorme confusão e burocracia no acesso ao passe e a somar à confusão e à burocracia acumulam-se atrasos. E dizemos que se acumulam atrasos porque as entidades competentes já assumiram publicamente a possibilidade de não conseguirem entregar os novos passes em tempo útil, para serem utilizados no início de outubro, apesar de o ano escolar já estar a decorrer, como todos os presentes sabem, estando a ser transmitida nas escolas da cidade a informação que os passes vão demorar ainda mais 1 a 2 meses a serem atribuídos. Lembramos que esta medida já deveria estar em vigor desde abril. Falamos, portanto, de um atraso acumulado não inferior a 7 meses, mas que pode vir ainda a aumentar. Isto é inaceitável. Mas ainda há uma outra limitação que põe em causa a gratuitidade dos transportes para muitos alunos, falamos de limitar este passe a um concelho ou apenas a 3 zonas contíguas negando o direito ao passe metropolitano. A CDU teve conhecimento de várias situações de crianças com morada alternada entre as casas do pai e da mãe, aos quais não é concedido o direito ao Sub13, pois realizam viagens para lá do limite imposto. Estas limitações impostas na Área Metropolitana do Porto não existem na Área Metropolitana de Lisboa, e isto, concordarão connosco, não é justo. Uma outra questão que aqui trazemos é um encerramento e gestão errática de valências públicas para a infância no centro da cidade. Como se já não bastasse a recusa por parte do Governo e da Segurança Social em assumir as suas responsabilidades em relação aos complementos após as aulas, a força política Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, na sua gestão da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, tem vindo a concretizar uma política errática e



reveladora de pouca sensibilidade social no que às valências para a infância da Autarquia diz respeito, o que mereceu a justa mobilização dos pais de vários estabelecimentos. Falamos da decisão de encerramento da única creche pública do centro da cidade do Porto; falamos de uma confusão desprestigiante para as valências em questão; falamos da não-aceitação de novas inscrições; falamos de autênticos zigzagues nos compromissos assumidos, com escolas e pais, sobre os termos de funcionamento dos ATLS; falamos de respeito pelos órgãos deliberativos da Autarquia; falamos de encarecimento de custos para as famílias; e ainda da desvalorização de profissionais implicados neste processo confuso. No entanto, a mobilização dos pais e a intervenção de outras forças políticas obrigou esta força a não conseguir deixar, pelo menos, de querer parecer preocupada com estas valências. Veremos como as coisas vão evoluir nas próximas semanas e meses. Termino referindo o seguinte: o Senhor Presidente da Câmara afirmou estar disponível para, se necessário, ir preso, caso fosse esse o preço a pagar para implementar medidas que considera úteis para a cidade. No caso, no domínio da segurança, acerca das matérias que agora referimos já seria um avanço, Senhor Presidente, se, como lhe compete, se mostrasse preocupado e agisse em conformidade”.

O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) sublinhou que: “Retenho três ideias da intervenção que fiz em janeiro, quando aqui foi aprovado o fundo municipal de apoio ao associativismo popular. A primeira ideia é a de que não estávamos de acordo com o ‘popular’ e vê-se agora que algumas das associações que foram contempladas, não têm nada de populares, algumas até desconheço. Outra ideia que eu tenho é a do mérito, acho que o Executivo aceitou a proposta que lhe foi apresentada, e fez muito bem. A terceira ideia era o valor, a quantidade de Associações existentes no Porto é tão grande que 400 mil euros, como eu disse aqui, era um valor insuficiente, e o que veio a acontecer foi que, com todo o mérito deste fundo, esta primeira edição não correu bem. Não correu bem. Foram apresentadas 91 candidaturas e logo à partida foram rejeitadas 59, ou seja, ficaram 32, o que quer dizer 65,35%, e no fim viram aprovadas as suas candidaturas 24 contemplados, sendo que 8 que tinham sido admitidas foram também excluídas. Não me parece que, no futuro, este fundo possa vingar se não tiver um aumento substancial da verba. Também



gostaria, e sem pôr em causa as Associações que foram contempladas, e que eu não conheço, nem sei a que público é que se dirigem, de ter essa informação e para essa informação eu deixo uma sugestão à Câmara, que é que a publique ou faça um inventário de todas as Associações existentes na cidade do Porto, que faça uma brochura que nos diga a quem se dirigem, qual é o seu público, qual o número de associados e todos aqueles dados que fazem parte de uma Associação, porque, como não foi publicado, não sabemos se foram 400 mil euros para 24 coletividades. Se fosse para obras, podia ir até 40 mil euros, sendo para equipamentos só vai até 20 mil euros, ora, fazendo eu contas rápidas, 400 mil euros a dividir por 24 não chega a 20 mil euros. Quais foram os valores atribuídos, se nós pudermos saber, a cada uma das associações contempladas?”.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) informou que: “Para o próximo dia 27 de setembro está marcada uma greve geral pelo clima. Depois da greve estudantil do dia 15 de março, os coletivos, os jovens que se mobilizaram para esta greve estudantil, entenderam que seria necessário alargar a abrangência desta greve, nomeadamente mobilizando sindicatos e autarquias, e alertar com esta iniciativa de alargamento, para o facto de que o que está a ser feito não chega. Importa, no nosso entender, a este título, olhar naturalmente para a cidade do Porto e para o que também no Porto ainda falta fazer num momento que é claramente de emergência climática. Mobilidade, qualidade do ar ou espaços verdes são dimensões chave quando pensamos em ambiente e alterações climáticas com um olhar focado no Porto. Começando pela mobilidade, neste ano de 2019 mais de 2.700 cidades europeias aderiram à Semana Europeia da Mobilidade, que está a decorrer entre 16 e 22 de setembro. Em Portugal subiu para 100 o número de municípios que participam neste evento europeu e que aproveitam a oportunidade para tornar tangíveis os desafios com que se confrontam as cidades e para encorajar deslocações a pé, de bicicleta, de transporte público, enfim, tendo em conta o tema deste ano. O Porto não é, mais uma vez, uma destas cidades. O Executivo Municipal não aderiu a esta Semana Europeia, nem a nenhuma das modalidades previstas – nem a atividades durante a semana, nem a medidas permanentes ou ao Dia Mundial sem Carros. O BE fez recentemente aprovar, nesta Assembleia Municipal, a



proposta do 'dia mensal sem carros' relativamente à qual aguardamos com expectativa a sua expressão no plano de atividades e orçamento da Autarquia, pelo menos, de 2020. No que toca à sua implementação e à criação de condições para essa implementação, implica, desde logo, deve dizer-se, desconstruir o mito de que uma iniciativa desta natureza vai agravar os problemas de trânsito na cidade. Está comprovado, pelas inúmeras experiências internacionais que existem, que isso não corresponde à realidade, sobretudo se devidamente planeado e concretizado de forma integrada no que diz respeito a políticas de mobilidade para a cidade. Sobre a qualidade do ar o problema está mais do que identificado. A utilização desmedida do automóvel, como forma de deslocação individual, tem impactos negativos no ambiente e na saúde pública. As cidades com futuro serão apenas aquelas que desenvolvam políticas de melhoria da qualidade do ar, de redução do ruído e de adaptação às alterações climáticas. Em face desta realidade, quem vive no Porto precisa de ter informação sobre o que representa o desafio que a Câmara Municipal assumiu de reduzir as emissões de dióxido de carbono e quais as dificuldades que têm encontrado a este nível. Finalmente, estamos na cidade do Porto longe do objetivo estipulado em PDM, que está neste momento está em revisão. Ainda assim, no PDM que tínhamos como referência, pretendia-se aumentar a estrutura verde da cidade, mas estamos longe de chegar ao nível pretendido; queríamos duplicar os espaços públicos de 7 para 14 metros quadrados por habitante, valores esses que não foram alcançados no período em causa. Vamos ver o que nos reserva o novo PDM, mas estão eles próprios distantes da capitação média de tantas outras cidades europeias, onde a média por habitante é superior a 20 metros quadrados por pessoa. Estes são apenas alguns exemplos do que devem ser as prioridades no combate à emergência climática ao nível da política local. Lembrar novamente que para a greve geral climática, convocada para 27 de setembro, as autarquias estão também convidadas a mobilizar-se. A questão que se coloca, numa altura em que a ONU declara a emergência climática, é a necessidade de mostrar, ainda que correndo contra o tempo, quais são as medidas que a Câmara Municipal pretende tomar e quais as que está a tomar no concreto. Pede a situação e o apelo dos jovens e de organismos nacionais e internacionais que se faça algo já”.



O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António Fonseca considerou que: “Senhor Deputado, o Senhor é mesmo corajoso, mas ainda bem que teve a coragem de vir aqui contrariar o que eu disse antes. É que eu até me esqueci de anunciar que o ATL da Constituição não existia, mas nós vamos abri-lo. Portanto, é isso que fica já aqui anunciado, vamos abrir um ATL na Constituição. Mas diga-me, das 3091 Juntas de Freguesia qual é a Junta de Freguesia da CDU que tem creche e ATL?”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) deu conta que: “Recentemente, mais uma vez, a Comissão Política Distrital do PAN Porto quis participar numa distribuição de suporte e bens alimentares, num esforço conjunto com uma organização não-governamental da nossa cidade. Saudamos desde logo o incansável papel dos voluntários que se dedicam a tais atividades em prol de pessoas que se encontram em situações de vida muito desfavoráveis. Habitualmente esta logística inicia-se à sexta-feira, com recolha de fruta no Mercado Abastecedor, seguindo-se um trabalho de recolha nas padarias e nas pastelarias aos quais irão ser acrescentados outros bens alimentares e outros bens que as pessoas também necessitam. O percurso inicia-se então com a primeira paragem em Francos, segue-se a zona de Pinheiro Torres, depois a Sé e, por fim, o Cerco onde chegámos por volta das 3 da manhã e em cada um destes locais encontramos pessoas que aguardavam esta ajuda noturna. Para além da entrega dos bens alimentares ou vestuário, estes voluntários praticam a escuta ativa, partilhando ainda ideias e possibilidades, com vista a minorar o sentimento de desilusão das pessoas presentes nestes locais. Apesar das situações limite que ali presenciamos percebe-se a esperança em cada história trocada com os voluntários. Depois de mais esta iniciativa estamos cada vez mais cientes que, apesar de serem de extrema importância as soluções, será necessário ir muito além das soluções assistencialistas. Referimo-nos obviamente às respostas sociais que dizem respeito às pessoas em situação de sem-abrigo, que terão sido atiradas para a rua pelas mais diversas causas, nomeadamente consumo de substâncias psicoativas, falta de suporte social, doença mental, abandono, entre muitas outras que todos poderemos conhecer, e também as pessoas que, mesmo não sendo sem-abrigo, vivem em situações de elevada



vulnerabilidade social. O desafio de transformar a vida destas pessoas em tal estado de vulnerabilidade exigirá, em nosso entender, uma intervenção quase que à medida de cada um destes casos, surgindo, deste modo, a necessidade de maior acompanhamento técnico, quando pensamos no trabalho inexcedível destes grupos de voluntários. Assim, parece-nos que seria muito importante que a Câmara Municipal do Porto apoiasse mais estas Associações e também que disponibilizasse técnicos especializados, que pudessem acompanhar estes grupos de voluntários, com vista a melhor consertar os esforços que se têm encetado desde que a Câmara Municipal do Porto assumiu a coordenação do NPISA Porto – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo”.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) disse que: “O PSD decidiu, neste período mais político destinado aos Partidos, fazer um balanço daquilo que têm sido estes dois anos de mandato municipal, mas com enfoque naquilo que têm vindo a ser as políticas do Governo que está agora a terminar o seu mandato e que efetivamente têm contribuído para que, sistematicamente, o Porto tenha vindo a perder. Começávamos, se calhar, pela falha que o Governo teve relativamente ao Infarmed. Colocou-nos aqui uma expectativa, prometeu e depois não cumpriu. Recentemente soubemos que na Comissão Independente para a Descentralização, o Governo não pediu a esta Comissão que tomasse qualquer iniciativa no sentido de estudar verdadeiramente esta forma de descentralização, ou seja, o Governo falhou no processo de descentralização. Já aqui estivemos, por muitas e muitas vezes, a discutir muitos e muitos diplomas, mas sempre sobre um manto de muita trapalhada, com falta de cumprimento de prazos, com informações que o Governo não facultou ao Município e às Freguesias e, portanto, também aqui este Governo do Partido Socialista, com apoio parlamentar do BE e do PCP, falharam ao Porto. Falharam também, durante 4 anos, e não sabemos ainda quantos mais, relativamente à Pediatria do Hospital de São João; falharam na abertura do ano escolar, quando ainda temos um conjunto vasto de escolas cujos assistentes operacionais pura e simplesmente não existem, tendo inclusivamente algumas escolas que fechar portas; falharam também com o Porto, ao nível dos transportes públicos. Olhamos para a Área Metropolitana de Lisboa e vemos que um cidadão que more naquela Área Metropolitana pode deslocar-se dentro dela com o mesmo passe,



enquanto que no Porto estamos limitados a três zonas e não podemos ir para além das áreas que estão subestabelecidas. Também ao nível do passe escolar, o Sub13, existem ainda muitas dúvidas sobre como podem os pais adquirir este passe. Para nós, é absolutamente injustificável esta forma de tratamento diferenciado entre a Área Metropolitana do Porto e a Área Metropolitana de Lisboa. O Governo falhou também em relação à mobilidade no Porto, ao não tomar medidas de incentivo na utilização da CREP no sentido de desviar o trânsito, sobretudo o trânsito pesado da VCI, algo que tem vindo constantemente a prejudicar a qualidade de vida dos portuenses. Este Governo que cessa agora funções, e esperemos que não as renove, vem constantemente falhando com o Porto, com a nossa cidade, com a nossa Área Metropolitana e com o nosso Distrito. Portanto, para o PSD, aquilo que nós entendemos que é preciso é termos um Governo que olhe para o Distrito do Porto, mas que olhe com olhos de ver”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(Convocatória expedida a 09.09.2019)

1. Deliberação sobre a ratificação da aprovação do Memorando de Entendimento sobre a Intermunicipalização da STCP.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que: “A minha primeira palavra é para dar uma explicação a esta Assembleia Municipal. Como sabem, só em situações muito excecionais é que se opta pelo modelo da ratificação, mas queria chamar a atenção que, neste caso, o calendário que nos foi, de alguma maneira, imposto pelas circunstâncias não permitia outra coisa que não fosse fazer aquilo que nós fizemos. Ainda assim, ao contrário de outros municípios, conseguimos, *in extremis*, fazer uma reunião de Executivo que antecedeu a assinatura do Memorando de Entendimento que Vossas Excelências têm perante vós. De facto, não podíamos fazer outra coisa, como bem se compreende, porque no momento em que nos foi comunicada a data da assinatura do Memorando de Entendimento, e ele é importante, tendo em conta que se aproximam as eleições legislativas, nós não tínhamos outra forma de resolver a questão. A CDU, na pessoa do Senhor Deputado Rui Sá, levantou a questão e



escreveu-me uma carta, que penso que os Senhores Deputados devem conhecer, e eu tive o cuidado de explicar exatamente essa circunstância. Portanto, peço que aceitem esta explicação por parte do Presidente da Câmara, porque, de facto, eu não tinha outra forma de resolver o assunto, sob pena de não estarmos em posição de assinar o Memorando e, como digo, conseguimos, ainda assim, fazer uma reunião de Executivo que nos habilitou a assiná-lo, estando ele, naturalmente, sujeito à aprovação das Senhoras e dos Senhores Deputados. Vamos então tentar explicar um pouco, e peço a vossa paciência, quais são as circunstâncias que rodeiam este Memorando de Entendimento. Regressemos atrás, em primeiro lugar, para justificar esta posição que a Câmara do Porto assume e que, naturalmente, a longo prazo, terá impacto orçamental, nós vimos de um tempo em que, anos atrás, numa altura em que se pensou que a STCP iria ser eventualmente privatizada, lembram-se que nós chegamos a admitir que a Câmara do Porto poderia estar interessada em ir a essa privatização e, portanto, se isso tivesse sucedido, e ainda bem que não sucedeu, compreenderão que o impacto nas contas seria bastante maior. Depois, aquilo que sucedeu foi que este Governo decidiu, e a nosso ver bem, que haveria que passar competências nesta matéria para os municípios. No caso de Lisboa as coisas avançaram com a rapidez que se sabe, porque, na verdade, Lisboa era mais fácil, já que a Carris opera esmagadoramente na cidade de Lisboa, ao contrário da cidade do Porto, onde, como se sabe, aliás faz parte dos estudos feitos, apenas cerca de 54% da operação é na cidade do Porto, sendo o restante noutros cinco municípios, relativamente aos quais sempre houve solidariedade nesta matéria. Sucede que, nessa altura, alguns desses municípios não estavam em situação, por causa das suas contas, de assumirem a municipalização, ou a intermunicipalização, se quiserem, da STCP e também aí o Porto foi solidário, não tentou acelerar o passo, chegamos a um entendimento em que, como sabem, ficamos a partilhar as obrigações de serviço público, indicamos nomeadamente o Presidente Conselho de Administração, mas a verdade é que a empresa não passou a ser detida pelos municípios. O Município do Porto ficou então numa situação, que eu já expliquei a esta Assembleia Municipal, mas talvez seja bom fazê-lo novamente. De todos os municípios portugueses, todos, incluo aqui o Corvo, o Porto é o único, ainda hoje, que não é autoridade de transportes. E porquê? Porquê a STCP, como



bem sabem, é uma empresa que tem o exclusivo na cidade do Porto, por um lado, mas, ao mesmo tempo, está previsto na lei, ainda vigente, que a Autoridade de Transportes é a Área Metropolitana, portanto, desde logo, tínhamos este problema. E este problema reflete-se a muitos níveis, reflete-se nomeadamente na questão da C1 e da exclusividade, que Vossas Excelências bem conhecem e que tem preocupado o Conselho de Administração, os trabalhadores, os utentes e naturalmente preocupa a Câmara Municipal do Porto. Depois, havia uma outra questão que era absolutamente clara, ainda que este Governo tenha decidido, e bem, avançar com um plano de investimento na frota, plano de investimento esse que está, como sabem, em curso, com a substituição dos autocarros por autocarros a gás e por uma nova geração de autocarros elétricos, que naturalmente aplaudimos, com financiamento POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, a verdade é que, dependendo da Empresa do Estado questões como a contratação de trabalhadores, fundamental para aumentar a oferta, era sucessivamente adiada por deliberações do Ministério, ou por não deliberações do Ministério das Finanças. Chegamos depois a um momento em que nos pareceu que era importante igualar esta evolução com Lisboa, tendo esse assunto sido tratado com o Governo. Por um lado, porque houve alguns dos outros municípios que, entretanto, já adquiriram capacidade para poderem fazer esta contratação e, por outro lado, o Governo criou aqui situações de exceção que permitiam que, neste momento, já se pudesse falar de uma intermunicipalização, a que eu prefiro chamar municipalização, porque efetivamente a STCP será uma Empresa Municipal, que será participada maioritariamente pelo Porto, com a participação de outros municípios. Mas aqui a semântica pouco nos importa, não nos parece ser essa a matéria mais relevante. A ser tudo aprovado por Vossas Excelências e também pelo Tribunal de Contas, nós estaremos em condições de, a partir de janeiro, virar a página e passar a ter os transportes coletivos do Porto como Empresa Municipal com a participação dos outros cinco municípios. Esta aparente semântica entre municipal e intermunicipal tem que se lhe diga, e esse ter que se lhe diga fica repercutido na criação de uma nova UTS em que participam os seis municípios, porque a STCP passa a ser quase duas empresas, como já hoje é, ou seja, uma empresa que opera em exclusivo no concelho do Porto e uma empresa que opera em cinco outros municípios, onde en-



tretanto operam também operadores privados, que operarão, talvez a partir de janeiro ou fevereiro, não sei bem, porque isso já não depende de mim, ao abrigo de um contrato de prestação de serviços com esses municípios. E aqui também, mais uma vez, se compreende a importância e a relevância para o Porto de tomarmos esta posição. É que enquanto esses municípios, legitimamente, conseguirão, com o lançamento deste concurso que está em curso, aumentar a oferta, contratando veículos privados, o Município do Porto não o podia fazer diretamente, aliás, houve propostas do PSD na campanha eleitoral que nunca poderiam ser acomodadas, porque o Município do Porto não tem como o fazer. E não o pode fazer, exatamente porque viola o exclusivo da STCP e porque não tinha nenhuma autoridade para dizer à STCP para o fazer em seu nome, como também compreendem, porque, mais a mais, a STCP tem uma concessão na cidade do Porto até 2024. Se nós percebermos este enquadramento compreenderemos que a opção que nós estamos a tomar é a de assumirmos uma descentralização de competências do Estado, assumindo os municípios, e o Município do Porto em particular, um ónus pesado sobre o seu orçamento futuro. Mas vejamos, em primeiro lugar, percebamos o seguinte: quais são os grandes desafios que se colocam hoje às cidades? É a mobilidade e a sustentabilidade que lhe é associada, contudo não é possível retirarmos o transporte individual da estrada, ou substituírmos o transporte individual, se não tivermos um transporte público que seja eficiente e que tenha capacidade de resposta e de conforto que os cidadãos almejam. Não é possível. É por isso mesmo que nós não tomamos medidas soltas e medidas avulsas acerca da mobilidade, nós precisamos, nos próximos anos, de apostar muito fortemente no transporte público, porque não se trata só da questão da mobilidade trata-se também da questão da sustentabilidade. Esse foi um dos pilares da minha candidatura. Na sustentabilidade temos o seguinte: nas cidades as emissões de carbono, cerca de 30%, são produzidas pela mobilidade, pelo transporte, e se nós temos hoje uma emergência climática e queremos combatê-la, não resulta estarmos a tomar medidas ao nível da habitação, ao nível da plantação de árvores e tudo o mais, se não formos capazes de travar este flagelo. É um problema terrível, para além das horas que são perdidas, para além das dificuldades que são criadas aos próprios utentes do transporte público, porque muitas vezes andam a velocidades comerciais muito baixas, exatamente porque



há um excesso de transporte privado. Mas, se tudo isto é verdade, lançarei ainda aqui uma outra questão. Poder-se-á pensar assim, e eu sei que esse é um argumento legítimo, mas se o Estado pagava isto porque é que agora deixa de pagar? E porque é que são os municípios ou porque é este Município em particular, que são 54%? E aí eu responderei às Senhoras e aos Senhores Deputados o seguinte: a cidade do Porto, nos últimos anos, tem baixado os seus impostos, basta pensar que nós, hoje, temos para os residentes em habitação própria o IMI mais barato do País e, mesmo assim, aquilo que nós temos conseguido é ter boas contas. Alguns dos Senhores Deputados até têm dito que temos contas boas demais, excessivamente boas. Ora bem, aquilo que nós pretendemos fazer com contas boas é redistribuir. É esse o objetivo, não vamos distribuir dividendos, vamos redistribuir. Ora, eu não conheço nenhum método de redistribuição mais interessante do que o transporte público a preços comportáveis, porque o transporte público a um preço comportável afeta todos os cidadãos, mas principalmente, protege os mais desfavorecidos, que trabalham, que vão para a escola, que precisam de sair de casa, que precisam de dar uma volta porque são reformados e, portanto, nós, ao fazermos isto, estamos a aplicar os recursos municipais numa redistribuição de riqueza que tem simultaneamente impacto na mobilidade e obviamente no ambiente e permitenos, acima de tudo, fazer aquilo que no modelo que tínhamos até hoje não era possível, porque não tínhamos condições para aumentar a oferta. As mais recentes medidas tomadas, nomeadamente o PART, e já agora para esclarecer o Senhor Deputado e Presidente de Junta de Freguesia, Alberto Machado, relativamente ao PART queria dizer o seguinte: nós não podemos subitamente estar a tomar medidas que, sendo elas positivas, aumentem muito a procura, se depois não formos capazes de aumentar a oferta. Hoje já verificamos que a oferta é insatisfatória para corresponder à procura que foi gerada e, também por isso, temos naturalmente que fazer esta escolha. Esta é uma escolha que o Porto quer há muito tempo. Há muito tempo que o Porto gostava de mandar nos Serviços de Transportes Coletivos do Porto, ser proprietário dele e dos seus destinos naquilo que é, a nosso ver, uma das matérias mais importantes. Queria aqui saudar também aquilo que foi feito pelo Governo. O PART é uma medida importante, que naturalmente tem muito mais impacto nas contas dos municípios vizinhos do que no Município do Porto, como também se compreende



bem, porque, acima de tudo, pretendeu atenuar os movimentos pendulares. Foi isso que se conseguiu com o PART, que, tal como em Lisboa, os passes de 40 euros abrangem a Área Metropolitana e para os residentes no Porto o passe custa 30 euros, o que, apesar de tudo, resultou numa redução de cerca de 10% no custo dos passes. E conseguimos ir mais longe, garantindo o transporte gratuito para as crianças entre os 3 e os 15 anos. Se perguntarem se tudo tem corrido da forma ideal, não, não tem, toda a gente sabe, mas tenho a certeza de uma coisa, no que diz respeito ao Município do Porto farão justiça de perguntar nas escolas o que temos feito relativamente ao passe 13-15, esse sim, da nossa responsabilidade. Relativamente aos outros, aquilo que tem sucedido é que tem havido dificuldades de articulação, que não sei se são da Área Metropolitana se são da TIP, admito que sejam provavelmente das duas partes, porque este é um modelo que, sendo virtuoso, demora tempo, não é um modelo que se faça depressa. Poderão dizer, pois, mas em Lisboa andou mais depressa. É verdade, mas em Lisboa também é mais fácil, exatamente porque aceleraram o processo, por isso eles estão mais avançados. Portanto, nós estamos agora, se quiserem, a correr atrás do prejuízo, mas estamos a fazê-lo porque, na altura, houve um ato de solidariedade entre os municípios e acho que é muito interessante ver que os seis municípios, apesar de as vontades nem sempre terem sido as mesmas, Vossas Excelências com certeza que leram alguns artigos nos jornais que manifestaram alguma preocupação, a verdade é que, no final, se chegou a um ponto em que, por aquilo que eu creio saber, porque todos os seis municípios assinaram o Memorando de Entendimento, temos hoje condições para dizer que finalmente se chegou a bom porto. Era disto que eu vos queria dar nota, estando naturalmente à disposição para responder a qualquer pergunta que me queiram colocar”.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) deu nota que: “Eu ouvi atentamente as explicações do Senhor Presidente da Câmara e estava a recordar-me que, quando a STCP voltou a Lisboa e foi nacionalizada, teve uma razão, foi por causa dos custos que a Empresa tinha e de como é que se sustentava uma Empresa com esta dimensão. Nós defendemos a municipalização da Empresa STCP, mas têm que ser acauteladas os custos que vão decorrer desta mesma operação. O Senhor Presidente na última entrevista que deu ao Jornal de Notí-



cias falou efetivamente que, no futuro, para resolver o problema da mobilidade do espaço urbano, provavelmente ter-se-á que avançar para a gratuitidade dos transportes, mas nós sabemos que, por exemplo, em Dunquerque há um descarregar da verba para o público, ou seja, essas empresas, na sua operação, passam essa verba para o público. Esta é uma questão que nos deve colocar de sobreaviso, porque os tempos, hoje, podem ser de alguma folga, mas os tempos de amanhã, a gente não os sabe. Isto era um aparte, mas que vai direito a esta questão. No Memorando de Entendimento da intermunicipalização da STCP, ratificado por esta Assembleia Municipal, queremos salientar, neste novo modelo, a devolução ao Município do Porto das atribuições e competências da Autoridade de Transportes quanto ao serviço de âmbito municipal explorado pela STCP. Como referimos em diversas ocasiões, a história da STCP esteve sempre ligada ao Município do Porto e desde a sua criação em meados do século passado, o que não era suficientemente relevado em anteriores enquadramentos do serviço público de transporte de passageiros em autocarro em seis municípios da Área Metropolitana do Porto. Também a proximidade aos passageiros justifica este novo enquadramento. Para além da assunção pelo Estado da dívida da STCP e da obrigação de pagamento das compensações por obrigações de serviço público, consideramos que o novo modelo de gestão, onde está prevista a criação de uma nova unidade técnica de serviço, corrija as deficiências do anterior enquadramento e possibilitará elevar a outro nível a qualidade e eficiência do serviço público de transportes de passageiros, a universalidade do seu acesso e o reforço da coesão social e territorial. As garantias sobre o enquadramento laboral dos trabalhadores da STCP e a manutenção da Empresa na esfera pública são outros pontos que realçamos. É certo que esta nova fase traz responsabilidades acrescidas aos seis municípios da Área Metropolitana do Porto, onde a STCP presta serviço de transportes, e mais em concreto ao Município do Porto. Mas tendo em conta o papel central e decisivo dos transportes públicos coletivos de passageiros no enfrentamento das alterações climáticas, os seus contributos para a coesão social e territorial e para a qualidade de vida dos que residem e trabalham na cidade do Porto, o Bloco de Esquerda não deixará de batalhar pelas medidas que ajudem a alcançar tais objetivos. Neste sentido, damos ao Memorando de Entendimento, aqui em apreciação, o nosso voto favorável”.



O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) interveio, dizendo: “O Senhor Presidente da Câmara referiu-se na sua intervenção, naturalmente, à questão relacionada com o Memorando da STCP, mas também ao passe Sub13 e, da informação que dá, a situação parece que é mesmo grave, porque o Senhor Presidente não apenas confirma que o problema existe, mas também confirma que não sabe onde é que ele está, nem quem é que o pode resolver e, portanto, a informação que o Senhor Presidente da Câmara deu nos termos em que o referiu, deixam-nos preocupados, mas o Senhor Presidente terá, naturalmente, a oportunidade de esclarecer. Eu sou um rapaz novo, mas ainda sou do tempo em que nesta Assembleia Municipal discutimos a tentativa de privatização, ou seja, a decisão do anterior Governo de privatizar a STCP e recordo-me de o Senhor Presidente da Câmara ter, nessa altura, os braços caídos relativamente a essa decisão. Felizmente estamos hoje aqui a discutir a mesma Empresa, mas em termos muito diferentes. Após a reversão da privatização da STCP criaram-se condições para afirmar o operador público e consolidá-lo no plano metropolitano. Uma estratégia de priorizar a empresa pública implicaria impedir que os operadores privados prosseguissem com a ilegalidade de fazer serviços na zona exclusiva da STCP ou de sobrepor as suas carreiras aos percursos mais rentáveis da STCP, definindo a STCP como operador interno e um calendário para o progressivo alargamento do serviço nos seis concelhos onde opera, gerindo toda a rede, administrando diretamente o que conseguir, contratando o remanescente e garantindo a todas as populações um serviço de qualidade. Esta estratégia teria que ser considerada em termos metropolitanos e envolvendo e responsabilizando todos os concelhos da mesma forma. Mas a opção do Governo e dos Presidentes da Câmara foi diferente. Em discussões fechadas definiram um memorando para a intermunicipalização da STCP, sem o envolvimento devido dos órgãos autárquicos e recusando consultar os trabalhadores da empresa no processo. Os órgãos autárquicos e os seus eleitos, não são figuras decorativas, têm o direito a participar na construção de soluções para as populações, um direito do qual nós não abdicamos e que, certamente, como o Senhor Presidente da Câmara referiu há pouco, Vossa Excelência não deixa de reconhecer. O resultado de um processo assim conduzido só poderia ser mau, isto é, mau para a empresa e mau para as populações. Se



não forem corrigidos erros significativos este processo não será mais do que uma vitória de Pirro, na sequência da qual o Governo do PS aligeira responsabilidades e despesas, ao mesmo tempo que mantém intactos interesses privados. Este Memorando de Entendimento tem como elementos mais marcantes, uma visão redutora da STCP a Empresa do concelho do Porto e apenas com algumas limitações a concelhos limítrofes. Ora, isto não espelha a realidade atual do serviço da STCP nem a realidade das necessidades de mobilidade das populações, não salvaguardando sequer que, nas ligações do Porto aos concelhos limítrofes, os privados deixem de fazer sobreposição de serviço e nada diz sobre as centenas de milhares de euros que, há vários anos, os privados acumulam de serviços que prestam em zona exclusiva da STCP. Apesar de há poucos dias ter sido substituído o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, que se encontrava demissionário devido a divergências em torno desta matéria, e de estamos a falar de verbas muito significativas, é curioso que nem o documento fala nisto nem qualquer Presidente da Câmara se expressou publicamente. Estamos em crer que não foi por esquecimento. A impossibilidade real de aumento da rede STCP, porque está a ser preparado um concurso para adjudicação das linhas fora do concelho do Porto a operadores privados, este Memorando não salvaguarda o envolvimento do Governo em futuros investimentos mais significativos, para os quais os municípios não têm capacidade financeira. E não são discursos redondos e fofinhos que resolvem essa ausência de capacidade financeira, que será uma questão que se colocará, mais cedo ou mais tarde, com uma nova renovação de frota.

Com o sentido de responsabilidade as forças políticas aqui presentes consideram que as autarquias do Grande Porto têm capacidade financeira para arcar com novos investimentos de dezenas e dezenas de milhões de euros para esta área? Concluo, dizendo que, por iniciativa do PCP, foi promovida uma apreciação parlamentar que plasmou nos estatutos da Empresa que esta não pode ser transmitida a outras entidades que não sejam de direito público e que isso não está consagrado neste Memorando. E este não é um pormenor, é um pormenor”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira esclareceu que: “Relativamente à intervenção do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que-



ria chamar-lhe a atenção do seguinte: é verdade que o Estado geriu durante os últimos anos a STCP, mas sabe o que é que aconteceu nos últimos anos? Foi a coisa pior. É que não foi só o serviço que se degradou foi principalmente a perda de clientes. Se vir, durante anos e anos aquilo que aconteceu foi uma perda de passageiros, porque houve a convicção, se calhar, a convicção de uma geração de que o transporte individual havia tudo resolver e que não valia a pena apostar, ou seja, descredibilizou-se a STCP e ainda hoje é difícil voltar a credibilizá-la, exatamente porque esteve na mão do Estado. Eu acho que mais próximo de nós está melhor.

Relativamente à posição da CDU eu gostava de dizer seguinte: o Senhor Deputado já disse várias vezes que eu estive de braços caídos, mas eu não estive de braços caídos, sabe? Eu vou dizer-lhe, nessa altura, eu tive oportunidade, era o Senhor Doutor António Costa, atual Primeiro-Ministro, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e, aqui no Roseiral, fizemos uma conferência de imprensa, que foi propalada por toda a comunicação social, em que o Presidente da Câmara de Lisboa e o Presidente da Câmara do Porto disseram que não aceitavam o modelo que estava em questão e que, na medida do possível, iriam combatê-lo e, inclusivamente, eu disse que, se fosse caso disso, a Câmara do Porto ia à privatização. Não me lembro de ver o PCP dizer alguma coisa sobre essa matéria, senão rir-se. Não me lembro de o PCP, na altura, fazer grande ruído sobre essa matéria e aquilo que eu noto é que o PCP tem um enorme receio que a STCP seja municipalizada. Aliás, tem sido sempre assim. Cada vez que se quer municipalizar alguma coisa, eu sei que o PCP é a favor da descentralização, sei que é a favor da regionalização, sei que é a favor da devolução de poderes, mas depois, cada vez que ao sacrossanto Estado se lhe retira alguma coisinha que seja, ficam cheios de medo. Não tenha medo, Senhor Deputado, vai ser o futuro, isto não vai ser privatizado, acho eu.

O Senhor, como disse, é muito novo, no futuro a Câmara Municipal do Porto, que também faz parte do Estado, há de saber levar a água ao seu moinho. Estas são as questões políticas e lamento profundamente que o Partido Comunista tome esta posição, até porque várias vezes falei com o Partido Comunista sobre esta matéria e principalmente porque o Partido Comunista tem, numa Autarquia em particular, competências específicas nesta matéria. Eu sei que é uma maçada dizer-lhe, mas em Matosinhos o Senhor Vereador da CDU tem



competências específicas nesta matéria e, que eu saiba, Matosinhos votou favoravelmente, não me consta que ele tenha votado contra e ainda não ouvi dizer que ele se demitiu.

Portanto, vamos ter aqui algum cuidado relativamente a esta matéria, porque eu acho que...olhe, eu não tenho Vereador em Matosinhos, eu não tenho Vereador em lado nenhum, só temos aqui no Porto e votam como quiserem, eu dou-lhes liberdade de voto, e aos Senhores Deputados também. O que eu sei é que os Senhores têm uma responsabilidade nesta matéria, porque, não é de agora, a CDU tem esta pasta e não é de agora. Portanto, entendam-se. Eu não percebo porque é que em questões como o estacionamento votam de uma maneira em Matosinhos e de outra aqui e na questão da STCP têm uma ideia lá e outra aqui. Entendam-se, olhe, eu acho que as outras forças políticas, todas, do BE ao PSD, pelo menos têm esta vantagem, pensam mais ou menos a mesma coisa em todos os lados, estejam no Executivo ou não estejam, e essa era a coerência que eu esperava da CDU.

Mas vamos agora às questões que disse que não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, sobre os trabalhadores. Eu acho que o Senhor Deputado sabe que nós reunimos aqui com as ORT – Organizações Representativas dos Trabalhadores e com o anterior Presidente do Conselho de Administração, tendo-lhes sido explicado exatamente o que estava em questão e foi-lhes dito especificamente que, relativamente à empresa, apesar de passar a ser empresa municipal, ela não perdia o vínculo. Aliás, ela vai ser uma empresa especial, mesmo em termos da composição do Conselho de Administração e das questões remuneratórias, porque havia naturalmente um risco, que era o seguinte: passando a STCP a ser uma empresa municipal e havendo quadros cujos vencimentos são indexados ao Conselho de Administração, daí poderiam resultar perdas, e isso foi explicado isto aos trabalhadores. A lei da República, nessa matéria, é particularmente clara, isto foi explicado aos trabalhadores e portanto os trabalhadores fizeram parte do processo.

Questão diferente é aquela que refere do C1, ou seja, da exclusividade. Aí eu estou particularmente à vontade, em primeiro lugar, para defender o Senhor Presidente do Conselho de Administração cessante, da Administração cessante, que, contra os votos de outros Administradores, defendeu e defende que a STCP não só tem direito a isso, como tem direito a recuperar as verbas que lhe



são devidas e a Câmara do Porto nessa matéria, sempre tomou a posição. Aquilo que aconteceu, como sabe, é que foi solicitado, por causa do lançamento dos concursos, curiosamente por um município onde Vossa Excelência sabe que a CDU tem um Vereador e pelos outros municípios, que se esperasse até janeiro para aplicar isto. Mas, para nós, sabe o que é que é importante? É nós sermos Autoridade de Transportes, porque se formos, e vamos ser, já não temos que perguntar a ninguém. Eu não posso chegar ali à Área Metropolitana com uma pistola e dizer assim: mandem fiscalizar o que se passa em São Roque. Não posso, mas, a partir de janeiro, se Vossas Excelências e o Tribunal de Contas aprovarem, nós seremos a Autoridade de Transportes e já ninguém nos pode impedir.

Também me admira aquilo que fala sobre a questão dos outros municípios, percebo que a CDU, tendo representação noutros municípios, diga; bom, mas, ao fim ao cabo, como é que ficam os outros municípios? Isso é relativamente simples de responder. Olhe, até 2024 nada se pode fazer, porque a STCP tem uma concessão, e tendo a STCP uma concessão é impossível, até 2024, alterar o estado de coisas, nem seria razoável que a STCP subitamente, se transformasse num operador interno destes seis municípios. Vou explicar porquê. Se objetivamente a STCP passasse a ser o operador interno e exclusivo destes municípios, ou seja, se subitamente nós disséssemos que a STCP passaria a ser nos outros cinco municípios aquilo que é na cidade do Porto, isto é, que passaria a ter o exclusivo, imagine que fazíamos isso, podia ser, era uma hipótese, o Vereador de Matosinhos chegou a aventar essa hipótese, ou seja, já não seriam os municípios vizinhos a lançar os concursos, seria a STCP a fazê-lo. Mas sabe qual é o problema? É que as leis europeias não permitem que um operador interno, como a STCP, subcontrate mais do que 30% da sua capacidade própria. Ora, é bom de ver que, ou nós tínhamos de repente uma capacidade inaudita para aumentar o número de autocarros da STCP, o número de motoristas e o número de toda a infraestrutura para irmos buscar 30% ou então a STCP não conseguia cumprir aquilo que é a procura por parte do Município do Porto e dos outros municípios. Portanto, essa solução não era possível. Ainda se tentou aventar a hipótese de se poder fazer contratação até 50%, mas não foi possível.



Mas, já agora, já que os Senhores têm intervenção nos outros municípios, seria ótimo que nos outros cinco municípios estes concursos que estão a ser lançados fossem lançados só até 2024. Só que nós nessa matéria, nós e a STCP, não fomos ouvidos e eu não posso meter estopa em seara alheia. Isso sim faria sentido, só que nem a STCP nem o Município do Porto foram ouvidos. Porque aí sim, nós poderíamos pensar, encontrar em 2024 a capacidade de frota própria para redesenhar a rede e para depois lançar concurso para os 30%. Infelizmente, a forma como estão a ser lançados os concursos nas outras autarquias, quer dizer que, antes de 2029, a STCP não será uma empresa, um operador único intermunicipal. Mas não é por nossa culpa. Agora aquilo que me preocupa é o Porto e no Porto o que eu sei é que vamos poder, a partir de janeiro, contratualizar quilómetros, os tais 30% com que ficamos em saldo, nós e os outros municípios naturalmente, mas os outros municípios estão servidos pelos concursos que estão a lançar e isso é que é absolutamente para as populações.

E, para terminar, porque talvez seja bom pensarmos nisto, acima de tudo, aquilo que nós pretendemos, e acho que aqui foi abordado pela Senhora Deputada do BE, é uma questão fundamental para o transporte público, que é a operação, a velocidade comercial. É a velocidade comercial que, por um lado, permite atrair mais passageiros e, por outro lado, permite reduzir os custos da operação, ou seja, este é o elemento mais virtuoso na equação. Eu estou convencido que, de agora em diante, sendo os municípios responsáveis pelos resultados que vão ter na exploração da STCP, vão imediatamente mobilizar-se para garantir que a velocidade comercial seja mais alta.

Portanto, eu estou convencido que aquilo que Vossas Excelências aqui aprovam, se assim entenderem, é, apesar de tudo, um valor conservador face àquilo que será o futuro, tanto mais que, no reequipamento da frota, naquilo que nos diz respeito, nós não estamos aqui a considerar nenhum financiamento. Ora, eu julgo que seria impensável que, estando a atual geração de autocarros, que ainda estão a ser pagos pelo Governo, a ser apoiados pelo POSEUR, que nós não consigamos, da mesma forma, fazer uma candidatura que permita levar a cabo este plano de investimento com um custo inferior”.



A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) comunicou que: “Antes de mais gostaríamos de saudar o facto de a Câmara Municipal do Porto ter sido parte ativa neste projeto intermunicipal, que acreditamos que deve pugnar por garantir que se aproximam as populações que desde sempre se respeitaram.

Obviamente que todos os presentes nesta sala têm familiares e amigos nos outros concelhos, que fazem parte deste memorando, o que reforça a necessidade de estreitarmos laços através desta proposta, hoje em debate.

Entendemos que este ideário pode sair reforçado por um modelo de administração da empresa, onde estes municípios estejam representados de igual forma. Pelo menos assim o esperamos.

Saudamos também o envolvimento do Estado Central na premissa da tendência de tornar mais acessível o transporte público na cidade do Porto e concelhos envolventes, possibilitando também que a gestão dos transportes públicos voltasse à cidade do Porto, estendendo-se aos concelhos representados neste Memorando. No fundo, também entendemos que é prova desta vontade do Estado Central a recente publicação em Diário da República da atribuição de indemnizações compensatórias, às empresas prestadoras de serviços públicos, referentes ao ano de 2019.

Saudamos também o compromisso ambiental que tem vindo a ser assumido pela STCP, uma aposta na reconversão da sua frota para energias mais limpas, aliás, não podemos esquecer os dados do INE de 2017, onde, na Área Metropolitana do Porto, o automóvel é o principal meio de transporte para 68% das deslocações, pelo que entendemos que consolidar este projeto permitirá diminuir progressivamente estes valores.

Apelamos também a que este projeto não descure a importância da aposta na intermodalidade, incentivando a combinação de meios de transporte público com os meios de mobilidade suave, isto a exemplo do que se tem visto em países onde há maior consciência ambiental.

Por fim, dizer apenas que, nesta legislatura, o PAN propôs que o transporte de passageiros fosse incluído na lei no leque de serviços públicos essenciais, passando esta alteração a constar na lei dos serviços públicos, porque entendemos que este é de facto um bem essencial”.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira referiu que: “Penso que o Senhor Deputado não viu respondida uma pergunta que colocou sobre a questão dos passes Sub13 e das dificuldades que tem suscitado a sua distribuição. Compreenderá que essa é uma matéria que só pode ser respondida pela Área Metropolitana ou pela TIP, e aqui queria louvar o trabalho que foi feito pelos serviços municipais, quer por aqueles que estão na dependência da Senhora Vereadora Cristina Pimentel, quer também pelo Serviço de Educação e pelos Agrupamentos Escolares. Nós, no nosso caso, fizemos o trabalho de casa e fizemo-lo sabendo exatamente que este assunto devia ser tratado com muita antecipação e tinha que ser tratado de uma forma simples. Agora, não me peça a mim para apontar o dedo a quem não depende de nós.

Por outro lado, a informação que nos chega da Área Metropolitana é que os municípios que deram as informações que foram solicitadas foram dois, Porto e Paredes. Mas isso, como digo, não é da nossa responsabilidade e sei bem qual é o risco que isto tem, porque eu também leio a comunicação social. Porque lá está, para as pessoas, mesmo para o imaginário, mesmo para a própria comunicação social, isto é tudo o Porto, ou seja, é quase como se fosse da responsabilidade da Câmara do Porto, mas eu não levo a mal, porque isso só justifica o que nós vamos fazer e porque é um entendimento das pessoas. Dificilmente alguém compreende que isto não possa ser resolvido pela Câmara Municipal, e não pode, porque há uma empresa que é a TIP que teria que ter tratado deste assunto com a Área Metropolitana. Como é que as coisas se atrasaram? Não sei, atrasaram-se. Dou de barato que é mais difícil fazer isso do que o 13-15 que nós fizemos, porque abrange naturalmente uma população maior, mais densa. Dou de barato também que, relativamente a Lisboa, as comparações que têm sido feitas me parecem injustas. Em primeiro lugar, tenho lido algumas comparações e tenho nomeadamente visto o dedo apontado ao Governo, contudo o Governo deu as mesmas condições relativamente ao PART em Lisboa e no Porto. Isto surgiu de uma Cimeira, que, como sabe, decorreu em Sintra e esta foi uma proposta das Áreas Metropolitanas, da qual eu fiz parte. Portanto, se as coisas aqui na Área Metropolitana do Porto não andaram tão depressa como andaram em Lisboa, olhe, não é seguramente culpa do Governo e não é seguramente culpa do Presidente da Câmara do Porto, e nós demonstramos isto com o Passe 13-15 que nós lançamos mais tarde. Como sabe, fomos os



últimos a anunciar e fomos os primeiros a aplicar. Porquê? Dirá, o universo é mais pequeno.

É por isso que eu nunca me comprometo com os prazos de conclusão das coisas, porque infelizmente, não depende da vontade de um Autarca, do Presidente da Área Metropolitana, do Presidente do Conselho de Administração da TIP, depende de um conjunto de coisas. Por aquilo que me dizem, depende nomeadamente de ajustamentos da base informática, das plataformas que têm que ser contratualizadas, agora, tenho a convicção que vai ser feito.

Eu acho que o PART é uma medida absolutamente excecional, e estou absolutamente à vontade para o dizer porque participei nela, e foi a coisa mais importante da Cimeira de Sintra e, por isso, é que eu lamentei muitas vezes as outras áreas da descentralização que se sobrepueram a esta, num calendário que não fazia nenhum sentido.

E quanto às suas preocupações sobre os recursos, digo apenas uma coisa, deixemos que o Estado cumpra as suas outras obrigações que tem passado para nós, nomeadamente em questão de habitação, como aqui discutimos. Assim, o Estado trata da habitação e nós tratamos dos transportes, e não fazemos mau negócio”.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) considerou que: “As razões que foram apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara para estarmos aqui perante um instrumento de ratificação são absolutamente compreensíveis e o Partido Socialista não levanta qualquer objeção relativamente a tal tratamento, que se compreende, por razões de calendário, como muito bem explicou Vossa Excelência.

As questões que aqui temos da municipalização da STCP, assim como, embora aqui não esteja discutido de forma densificada, o plano de investimento na frota, são extraordinariamente importantes para aquilo que o Senhor Presidente aqui referiu relativamente ao combate às alterações climáticas, quer no eixo da mobilidade, quer no eixo da sustentabilidade, até porque, e acho que não vou cometer nenhuma inconfidência, porque veio abundantemente comentado na comunicação social, o Senhor Presidente da Câmara esteve há relativamente pouco tempo num Fórum, em que eu também tive a oportunidade de estar presente, no Clube dos Fenianos Portuenses, onde se discutiu precisamente um



conjunto alargado de desafios que se colocam à gestão das cidades relativamente à mobilidade e à sustentabilidade.

Portanto, é para nós, Partido Socialista, absolutamente evidente que a gestão de uma empresa, com a importância que tem a STCP para toda a política de maior escala da cidade, deve estar no Município e não deve ser decidido a partir de uma outra esfera de poder que não a municipal. Claro que na STCP, pelas características que tem a sua operação, implica que essa gestão não pode, única e exclusivamente, ser feita a partir do Município do Porto e implique o diálogo com os municípios vizinhos onde também esta Empresa atua.

E é inevitável dizermos que, até porque ouvimos hoje aqui o Senhor Deputado Alberto Machado a fazer um conjunto muito grande de enumerações de, na sua interpretação, falhas do atual Governo, é extraordinário que nós estejamos no ano de 2019 a olhar todos com orgulho para um processo de diálogo, entre o Estado, o Governo da República e o Município do Porto, havendo também outros municípios que para a nossa discussão parece-me que não é relevante, que conseguiu produzir frutos, que conseguiu alcançar a municipalização de uma empresa, cujo processo de privatização se estava a discutir há cerca de 5 anos.

Portanto, são estas medidas, este tipo de soluções, que se vão encontrando para a política e para o exercício da política, que a nós, Partido Socialista, nos orgulha.

Como diz o Secretário-Geral do nosso Partido, nós temos uma paciência reformista, mas somos a verdadeira força de transformação e de progresso na sociedade portuguesa”.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) interveio, dizendo: “Eu só queria manifestar aqui a minha satisfação pelo facto de o Senhor Presidente ter realçado a necessidade de criar competitividade à própria forma e à fluidez do trânsito, mas há uma coisa que nós não entendemos, é que, por acaso, nós trouxemos uma proposta aqui à Assembleia Municipal e o Grupo do Senhor Presidente absteve-se na votação dessa proposta”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) usou da palavra para: “Em jeito de conclusão deste debate, trazer talvez algumas notas conclusivas.



A primeira é que, decididamente, o Partido Comunista Português, não gosta de se sentar ao volante, não gosta de dirigir nada, não gosta de mandar em nada, estando sempre à espera que o sacrossanto Estado lhe faça tudo. E aqui d'el rei se alguém lhe pede responsabilidades para se sentar no lugar do condutor. Os Senhores de lugar de pendura já foram, de condutor têm aversão à coisa. E este é um exemplo acabado.

Os Senhores acreditam mais no Estado Central do que em vocês próprios. Acreditam mais que o Estado Central vai fazer bem do que aquilo que vocês próprios podem fazer. Eu sei que isso também tem a ver com o facto de não terem grande esperança de alguma vez ganhar o Município do Porto, e é compreensível. Esse receio é legítimo e é, aliás, um dado de sensatez da vossa parte, mas ainda assim, ainda assim, quando têm aqui a possibilidade de estar mais perto, não querem.

Mas nós, Movimento Rui Moreira, Porto, O Nosso Partido, e em particular, naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara, temos uma visão completamente diferente, não, somos a favor da liderança, somos a favor de, se há um carro que possa ir para onde eu quero, sou eu que o vou guiar. E estou disposto a pagar um preço para o guiar. É assumido, há um preço a pagar para o guiar. Mas há um preço que está pensado para ser pago, porque isto é investimento social, isto é investimento redistributivo, isto é um instrumento fundamental da política ambiental com que, desculpem, tanto encham a boca, mas no momento de fazerem alguma coisa de concreto, que não seja o circo do Dia Mundial Sem Carros, que é um circo, que seja para ficar, que dure, que não seja do dia 22, das 00:00 às 24:00, os Senhores saltam imediatamente para o lugar de trás, não querem pura e simplesmente saber, preferindo que alguém cego guie o vosso carro. Para quê? Para não terem a responsabilidade de alguma vez vos pedirem contas de como é que o guiaram. Pois nós aqui somos radicalmente diferentes, queremos guiar e queremos prestar as contas e queremos que nos exijam essas contas.

O Estado assume a dívida histórica e assume a renovação em curso, da nossa parte fica o custo do investimento futuro e fica a obrigação de serviço público, mas essa já tínhamos. Esse é o preço que estamos dispostos a pagar para ir, como lhe dizia, sentados ao volante.



E fica mais uma ideia do Partido Comunista, que recorro aqui, em que orçamento atrás de orçamento, quando abre o debate o que nos diz é que há dinheiro a mais, porque os Senhores não gastam, os Senhores não têm projetos para nada, os Senhores não fazem nada, o dinheiro está aí quase a apodrecer, e no momento em que dizemos que temos um desígnio onde gastar o dinheiro, com investimento social redistributivo, os Senhores dizem, não, não, isto não é para fazer nada, metam as mãos nos bolsos e não façam rigorosamente coisa nenhuma. Isto é um bocadinho de esquizofrenia política, Senhor Deputado, esta é a esquizofrenia política da CDU, mas é próprio de quem lá está. Quem lá está tem de criticar, mas, quando se lhes diz, então senta-te ao volante, dizem, não, chegue-se para lá que eu não quero lá isso, eu não quero nada o volante. É próprio dessa sua atitude.

Os Senhores têm que perceber que, porque estamos nós sentados neste volante, e já vai para 6 anos, quando nos exigem que façamos uma intervenção na procura de serviço público de transportes, é evidente que nos tem que ser reconhecida a faculdade de poder intervir na oferta também, porque se nos dizem assim: é preciso mais pessoas e queremos mais pessoas a usar os autocarros e queremos mais isto, mas vocês não podem mudar na oferta, porque não são Autoridade de Transporte, e tem que ficar tudo como a Área Metropolitana quer, já para não falar no sacrossanto Estado que lá de baixo é que, na visão de Vossas Excelências, havia de dizer as linhas que nós havíamos de ter. Era assim que os Senhores queriam. Exigem-nos números, melhorias, *improvement* do lado da procura, mas lado da oferta não nos dão os mecanismos para atuar. Não pode ser, Senhor Deputado.

Termino com uma informação, também para o Deputado Belmiro Magalhães, sobre os passes do Porto. O Senhor Presidente, certamente por modéstia, não quis dar-lhe os números, mas eu dou-lhos. Os passes 13-15, que são da responsabilidade da Câmara, em julho foram emitidos e entregues 439 passes do Porto. Em agosto não se registou qualquer pedido e até ao dia 16 de setembro foram entregues no TIP 900 pedidos. O passe Sub13, até ao dia 16 de setembro foram enviados ao TIP 250 pedidos e, nesse mesmo dia, que é o de hoje, recebemos nós, Câmara, os primeiros 60 passes, que serão imediatamente entregues. Está aqui a diferença entre quando é o Estado a fazer e quando somos nós a fazer. Percebeu?



Acredite em nós. Dê-nos o volante que nós sabemos guiar”.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 43 votos a favor (21 RM + 12 PS + 6 PSD + 3 BE + 1 PAN) e 3 votos contra (CDU).

2. Deliberação sobre a autorização prévia da assunção dos compromissos plurianuais para a empreitada de Reabilitação do Cinema Batalha.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) deu nota que: “Eu dei-me ao trabalho de reconsultar, digamos, o contrato de arrendamento, que foi celebrado entre a firma Neves & Pascaud e a Câmara Municipal do Porto, que data de fevereiro de 2017, que, aliás, foi aprovado nesta Assembleia Municipal, e na sua cláusula 3.^a diz-se que: ‘o presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura e é celebrado com prazo certo, terminando 25 anos após a data da autorização, da Direção Regional de Cultura do Norte, das obras de reabilitação e alteração necessárias para a adaptação do local aos fins referidos na cláusula 2.^a, não se renovando automaticamente no seu termo’. Portanto, a pergunta que eu gostaria de fazer muito concretamente à Câmara Municipal é de saber qual é a data da aprovação da Direção Regional de Cultura do Norte, para ficamos todos a saber também qual é o prazo certo deste contrato.

Em segundo lugar, gostaria de fazer aqui uma observação, que, aliás, já em tempos formulei noutra Assembleia, a propósito já não sei concretamente de quê, mas sobre um assunto que veio à Assembleia Municipal, e que hoje consolida o custo desta intervenção. Recordo-me inclusivamente que, na altura, o Senhor Presidente fez uma afirmação em que disse que custasse o que custasse a Câmara iria até ao fim com esta empreitada. E nós, de facto, aprovamos este contrato, aprovamos esse propósito, mas, segundo o que se antevia, na altura, isto é, há cerca de um ano atrás, o custo da intervenção no Batalha seria de cerca de 2,5 milhões de euros e creio que esta empreitada foi adjudicada ou está em vias de o ser por um valor na ordem dos 4 milhões de euros, mais equipamento. Portanto nós temos aqui um custo que é justificado por motivos imprevistos, com situações verificadas na estrutura e que não tinham sido contempladas, portanto, agora que temos o custo desta intervenção consolidado, eu retomo a pergunta que tinha feito, ou seja, se, ao abrigo justamente da



teoria da imprevisão, da alteração das circunstâncias, não seria de rever o contrato, propondo designadamente uma prorrogação do prazo por o período correspondente ao da intervenção, ou então uma carência no pagamento das rendas, que necessariamente serão penalizadas pelo aumento da intervenção, que, creio, são 600 dias.

Portanto, nós tínhamos prevista uma intervenção de dois anos, mas, seguramente, antes de 2021 não teremos Cinema Batalha, ou seja, serão, pelo menos, quatro anos sem a fruição daquele espaço.

Nós estamos a fazer uma intervenção num bem que nem sequer é da Câmara Municipal, portanto, parece-nos mais do que justo e mais do que invocável que este risco não ficasse apenas do lado da Câmara Municipal, o que justificava que se fizesse uma revisão do contrato em termos mais favoráveis para a Câmara, sem prejuízo de uma intervenção que eu considero que é do interesse da cidade”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu que: “Senhor Deputado, em primeiro lugar, não é o contrato de arrendamento que nós hoje aqui estamos a discutir e, portanto, tenho, como compreende, alguma dificuldade. Relativamente à informação que me pede sobre a DRCN ainda é mais extemporâneo, mas com certeza que se fizerem um requerimento eu arranjo-lhe a informação.

Mas, a mim, pasmam-me os argumentos do PSD nesta matéria. Os Senhores sabem o que é que fizeram no Cinema Batalha? Têm recordação do que fizeram? Quando entregaram aquilo à Associação dos Comerciantes, que danificou o interior daquilo com dinheiros que era para apostar. Lembram-se bem para o que era? Era para fazer o ressurgimento do comércio tradicional, e o que é que lá fizeram? Não sei se fizeram de borla, não faço ideia, mas se calhar fizeram, fizeram tão mal que só de borla. Mas o Senhor acha que agora, é essa a posição do PSD, nós, ao contratualizarmos com alguém o arrendamento que vamos dizer assim: como aquilo vai demorar mais, nós não pagamos renda. É isto que os Senhores entendem de uma Câmara? Com certeza que vai custar mais, porquê? Porque se verificou que o edifício está em pior condição do que estava. Naturalmente foi feito o levantamento, e é isso que é feito. Essa visão economicista relativamente ao edifício do Batalha, teria levado, pro-



vavelmente, a fazer o quê? Nós sabemos o que é que fizeram, venderam ativos, estiveram anos a vender ativos, porque claro que era muito caro recuperar, portanto, venderam.

Nós, neste caso, falamos com a família que é proprietária daquele cinema, desde a sua fundação, e dissemos, nós estamos interessados na aquisição do cinema, e eles disseram, nós não queremos vender, mas alugamos à Câmara e deixamos que a Câmara lá faça o projeto.

Eu não consigo compreender o que é que está a afetar o PSD. É nós pagarmos uma renda em vez de comprarmos? Eles não querem vender. E têm todo o direito de não querer vender. Íamos confiscar? Íamos expropriar?

Aquele cinema não é um cinema qualquer, tem uma história de resistência ligada à cidade do Porto, passou por muitas coisas, passou por muitos momentos felizes, passou por alguns momentos terríveis e depois teve alguns momentos infelizes. Tiraram-lhe lá de dentro os desenhos que lá havia, foram picados, o Cinema faz parte da cidade do Porto e, por isso, eu disse que nós vamos reabilitar aquilo. Claro que se compreende que para o PSD, durante 12 anos, isso não tenha sido uma prioridade, o que os Senhores fizeram foi entregar aquilo à Associação de Comerciantes para fazer lá uma rapioquice.

Não pregaram lá um prego, pelo contrário, estragaram o palco. Nós não queremos isso.

Os Senhores estiveram cá 12 anos, daqui a 2 anos há eleições, podem voltar, concorrem outra vez às eleições e dizem, nós não queremos e, nessa altura, é fácil, pegam e vendem aquilo para fazer um centro comercial ou outra coisa qualquer, pronto. É um direito que têm.

Agora, permitam que nós digamos assim, nós entendemos que o Cinema Batalha faz parte do património histórico, cultural e patrimonial da cidade e nós vamos fazê-lo. E fazemos o Cinema Batalha, porque é o que as pessoas querem e é o que nós queremos e foi por isso também que nós fomos eleitos.

Depois de 12 anos, os Senhores ainda não perceberam que a cidade de repente tem outra prioridade, que não é prioridade contabilista, e que nós não andamos a vender as coisas para depois baixar a dívida, para fingir que as contas são boas, não andamos a fazer isso.



Nós temos uma opção, respeitamos as opções que os Senhores tiveram, por isso respeitem as nossas e, acima de tudo, acreditem que nós viemos aqui e dissemos a verdade, ou seja, nós dissemos que o faremos custe o que custar.

Se tiverem dúvidas, se quiserem, vem cá o Senhor Arquiteto Alexandre Alves Costa e explicará as patologias que foram encontradas no Cinema. Portanto, ainda bem que nós tomamos conta daquilo, ainda bem que estamos a fazer o projeto, porque de outra maneira um dia destes ia haver uma tragédia, sabe, o edifício ia cair e a Praça da Batalha já teve tragédias a mais em teatros para termos mais uma. Já teve várias na sua história e nós não queremos que aquilo seja uma tragédia.

Queremos que o cinema Batalha volte a ser o cinema e vai ser a Casa do Cinema do Porto, e nós precisamos dela, porque não temos Cinemateca no Porto.

Nós temos uma enorme tradição no cinema, percebemos que hoje as pessoas do Porto procuram muito mais os cinemas. Vejam o que acontece aqui ao lado no Cinema Trindade, vejam o que acontece no Passos Manuel, há uma nova procura, as pessoas hoje em dia voltaram a ver cinema, já não querem os multiplex, já não querem apenas ir para os centros comerciais.

Nós sabemos que vai haver procura, sabemos que vai haver investigação, temos o cinema português a ganhar prémios internacionais e nós queremos fazer isso, queremos ter uma casa dessas, como houve tempos em que se quis uma Casa da Música, e fez-se.

É preciso, de vez em quando, pensar que há coisas que vão para além daquilo que é o contabilismo. É evidente que se podia deitar aquilo abaixo, podia deixar-se aquilo cair ou podia deixar-se que os proprietários, que não sabiam o que é que haviam de fazer, mantivessem aquilo de porta fechada, por terem vergonha de vender um património que era dos avós.

Eu acho que é notável que se possa fazer isto e ao mesmo tempo os proprietários continuarem ligados. É preciso ver quem eles são, qual é a história deles e daquela empresa.

Ainda bem que eles não quiseram vender.

E vou dizer-lhe uma coisa, eu não podia dizer, olhe, isto afinal vai custar mais agora, por isso, vou interromper a renda. Não, comigo não. Nós assumimos um compromisso. É evidente que sabemos que as coisas vão demorar tempo, sa-



bemos que as coisas vão custar mais do que nós gostaríamos que custassem, mas estamos a trabalhar, como sabem, sobre um edifício com patologias que eram desconhecidas e o importante é que, quando estiver pronto, e há de estar pronto um dia, tenho a certeza que vai ter público, porque ao contrário daquilo que se pensava também, estas coisas na cidade do Porto têm público, veja-se o que se passou no Rivoli ainda no final da semana passada”.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) deu conta que: “Eu queria só, em resposta ao Senhor Presidente da Câmara, dizer que a realidade que o Senhor Presidente compara, em relação ao abandono do Cinema Batalha, é completamente diferente, ou seja, a que existia em 2000 e a que existia quando Vossa Excelência tomou posse, tendo em conta que o Cinema Batalha já estava abandonado nessa data”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira perguntou: “Sabe como é que estava o Cinema Batalha em 2013? Estava abandonado e uma parte dele destruída por aquilo que foi feito, com o vosso consentimento, quando entregaram aquilo à Associação dos Comerciantes para animar, não sei bem o quê. A rapioca deu cabo de uma coisa que antes estava abandonada e depois estava destruída”.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) referiu que: “A identificação da necessidade de realização de uma política cultural, que defenda, valorize e potencie os múltiplos agentes culturais da cidade do Porto tem sido uma conceção que, desde sempre, a CDU tem defendido.

A intenção de dinamizar o Cinema Batalha, equipamento histórico da cidade do Porto e em processo de degradação, constitui um desenvolvimento positivo, mas que não dispensa uma análise aos seus aspetos mais concretos. Importa, por isso, relembrar e realçar algumas preocupações que nós temos vindo a levantar ao longo de todo este processo, tais como: todo o processo relacionado com o Batalha aconselhava, e aconselha, uma apreciação séria e consistente, a qualquer projeto de dinamização de longo prazo. Recorde-se, como já foi dito aqui, que houve tentativas de ocupação do Batalha que falharam, nomeadamente quando, em 2000, a Câmara fez obras de manutenção do edifício e,



mais tarde, a Associação de Comerciantes assumiu a sua gestão sem obter os resultados pretendidos.

A opção de compra, que, a nosso ver, poderia ter comportado óbvias vantagens, foi descartada e ficou a Câmara do Porto confrontada com uma despesa elevada de renda, a pagar aos proprietários do edifício, que é de 10 mil euros por mês.

A fundamentação acerca da importância da promoção de cinema, que leva à consideração desta arte como objeto predominante para a dinamização do Batalha, é justificada, mas, tendo em conta as múltiplas necessidades que se continuam a verificar nas diversas atividades culturais e a extensão significativa do contrato de arrendamento, que é de 25 anos, a ocupação em exclusivo por atividades na área do cinema, pode ser algo redutor e limitador em termos de utilização. E aqui aproveito para questionar, se o projeto apresentado comporta outras opções culturais para este espaço.

Parece-nos também que existiu falta de empenhamento por parte da Autarquia nas diligências feitas para comprometer o Ministério da Cultura em todo este processo.

O envolvimento de agentes culturais, para nós, significaria uma mais-valia que teria sido importante garantir, no entanto, consideramos que a reabilitação e a dinamização do Cinema Batalha, património cultural da cidade do Porto, deve ocorrer com a maior brevidade possível e, por isso, também votaremos favoravelmente a proposta que nos é hoje aqui apresentada”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira explicou que: “Senhora Deputada, não havia a opção de compra. Não havia. A Senhora Deputada está a falar de uma coisa que não havia. Nós falamos com os proprietários e perguntamos se eles queriam vender e eles disseram, nós não vendemos. E então perguntamos, querem alugar? Eles disseram, queremos. Negociou-se, chegou-se a um valor perfeitamente comportável, e foi assim. Portanto, não pode falar na opção de compra, porque é uma opção que nós não tínhamos. Poderá perguntar, mas se eles amanhã quisessem vender, poderia a Câmara então exercer o direito de preferência, como no caso do Trindade? Podia, mas eles não queriam vender. Não se pode exercer uma opção sobre um negócio



que não existe. Nós só tínhamos duas hipóteses, alugar ou expropriar. Não tínhamos outra. Alugamos, e acho que fizemos bem.

Quanto ao projeto, nós sabemos exatamente o que é que lá vamos fazer. Como eu disse aqui, nós vamos ter 2 salas de cinema, vamos acabar com a Sala Bebé, na cave, que é uma sala que nunca deveria ter sido construída. Quem conhece bem o Batalha sabe que aquilo nunca deveria ter sido feito. A parte de baixo vai ser como era anteriormente, uma parte de convívio, associado ao cinema, vamos aproveitar a sala grande, e na parte do balcão, lá em cima, vamos fazer uma outra sala. É isto que vamos fazer, e está anunciado.

Vamos ter lá uma Biblioteca, naturalmente ligada a tudo aquilo que é uma atividade cinemateca e é com o Cineclube do Porto e com outros parceiros, mas, principalmente com o Cineclube do Porto com quem nós estamos a trabalhar. O Cineclube do Porto, basicamente, nasceu naquele espaço e foi ali que se desenvolveu. Portanto, nós sabemos exatamente o que vamos fazer, não vamos fazer outras coisas porque fazer coisas diversas, em espaços daquela natureza, está mal. Até porque nós nós temos outros espaços, temos o Rivoli, temos o Campo Alegre e temos um conjunto de valências, tais como a Casa da Música entre outras. Mas já agora, sobre o Ministério da Cultura, nós preferíamos concentrar os nossos esforços no Ministério da Cultura relativamente ao Coliseu, que é, como sabe, da Associação dos Amigos do Coliseu e em que há quatro parceiros principais, a saber, a AGEAS, que é, no fundo, a herdeira do antigo proprietário e que já fez um contrato de mecenato com o Coliseu, ou seja, cumpriu a sua obrigação; a Câmara Municipal do Porto, que se tem esforçado por animar aquele espaço, como acho que sabe, através de contrato de prestação de serviços, etc.; depois temos o Ministério da Cultura, que tem mandado para lá, de vez em quando, umas óperas boas, de resto, mais nada tem feito; e a Área Metropolitana do Porto diz que não tem um tostão para lá meter. Agora, se os Partidos que estão na Assembleia da República nos quiserem ajudar, nós estamos muito interessados, aí sim, em candidatar esse equipamento a fundos, porque o Coliseu vai precisar. Neste momento está a ser feito um estudo de patologias pelo Prof. Vasco Freitas, do Instituto de Construção, e aí sim, se nos quiserem ajudar então vamos por aí, vamos discutir se a Câmara Municipal do Porto vai ter que pagar a componente nacional, e se o Ministério da Cultura quiser ajudar, ajuda, se não quiser, não ajuda.



Nós temos que pensar na governança, temos um espaço que dá para muitos usos e que é muito importante, é um espaço mítico da cidade do Porto e nós preferimos abdicar de candidatar o Batalha alguma coisa exatamente para encontrar depois uma solução para o Coliseu, que, embora não seja um problema nosso, tem um valor patrimonial.

Quando nós falamos em equipamentos como o Batalha, não podemos apenas pensar no seu uso. O Coliseu tem a ver com o património da cidade, tem a ver com o nosso imaginário da cidade, tem a ver com a história da cidade e, por isso, a resposta relativamente a fundos, nós queremos. Queremos ver se, no Portugal 2020, ainda sobra alguma coisa.

O que nós gostávamos mesmo é que nos ajudassem a arranjar dinheiro para uma coisa que não é nossa, porque a Câmara do Porto apenas participa os Amigos do Coliseu, mas para nós era aí que nós precisamos de encontrar uma grande mobilização, para nós não termos que nos algemar àquilo, se um dia aquilo cair, sabe? Gostava que nos algemássemos para se fazerem lá obras, para se conseguir pegar em fundos e aplicá-los lá e, por isso mesmo, a Câmara do Porto teve todo o cuidado na área da Cultura de não apresentar outras candidaturas, porque achamos que essa é a candidatura fundamental, ainda ao Portugal 2020, para a cidade do Porto”.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que: “Sobre a questão do Batalha é por demais conhecido que o Bloco de Esquerda fez um caminho longo relativamente à defesa daquilo que é a devolução do Batalha à cidade. Aliás, fizemo-lo em relação a uma série de equipamentos culturais da cidade, e o Rivoli é disso exemplo.

A iniciativa que anualmente desenvolvemos na cidade do Porto, a mostra de cinema insubmisso, que se realiza no Trindade, teve como consequência, imaginamos nós, o voltarmos a ter o Trindade aberto à cidade. Vemos agora a mesma iniciativa no Cinema Batalha, estando agora, mais uma vez, a discutir aquilo que é, finalmente, a possibilidade de avançarmos para esta obra que tardava.

Lembrar que este edifício está em degradação já há 18 anos. Ele esteve encerrado entre 2000 e 2006, foi reaberto entre 2006 e 2010 e novamente encerrado em 2010.



E há um pormenor, que ainda não foi aqui trazido, que é importante para a discussão que aqui estamos a fazer e para o projeto que se está a construir para o Cinema Batalha, que é o seguinte: em 2012, o Batalha é classificado como património nacional, numa classificação que inclui a preservação do seu uso. Na sua abertura, entre 2006 e 2010, ele não foi utilizado como cinema, não sendo, portanto, disponibilizado à cidade enquanto tal, a partir de 2012 o uso daquele espaço tem que ser efetivamente para este fim.

Posto isto, congratulamo-nos com o facto de finalmente podermos avançar, entendemos que os custos que são evidentes, são para devolver à cidade aquilo que é uma resposta cultural histórica, identitária, mas entendemos, ainda assim, que, e usando as palavras de há pouco do Senhor Presidente sobre aquilo que é o imaginário das pessoas e o entendimento das pessoas sobre este tipo de questões, entendemos que é necessário uma maior, melhor, mais aprofundada e mais intensificada informação das pessoas sobre este processo todo.

Aquilo que acontece é que há, por exemplo, anúncios, como houve de que o Cinema Batalha iria abrir no verão de 2019, mas o Cinema Batalha não abriu e a relação que as pessoas criam com este tipo de anúncios, ao mesmo tempo que vão passando à frente do Cinema Batalha e veem o estado de degradação e o estado de abandono em que aquilo está, faz com que haja falta de compreensão sobre o que se está a passar, porque é que está a demorar tanto tempo e o que é que são estes custos de que se fala. Portanto, o Bloco de Esquerda chama a atenção para a importância de informar, a Câmara investiu nisto. É importante que as pessoas percebam, de facto, o que é que se pretende com esta iniciativa, o que é que foi este processo e porque é que demorou tanto tempo.

Posto isto, o BE votará, evidentemente, a favor, esperando que não haja mais incidentes que possam traduzir-se em demora”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira afirmou que: “Tem razão quanto ao prazo que então foi indicado. Foi indicado pelo entusiasmo de um Arquiteto que tem toda a sua vida ligada àquele Cinema, como sabe, que é o seu e meu amigo Alexandre Alves Costa, e talvez por entusiasmo ele se tenha convencido que as patologias que lá existiam eram menores. Ele apres-



sou-se muito a fazer o projeto só que, quando foram feitos os levantamentos e, como sabe, tiveram que se fazer vários levantamentos relativamente ao betão, verificou-se que aquilo que parecia não carecer de grande intervenção estrutural, até porque, pela idade, não era provável que houvesse essa patologia, a verdade é que quando se fizeram os primeiros furos nas paredes se verificou que há uma enorme degradação do betão. Isso levou a um conjunto de estudos.

Eu peço desculpa, mas não fui eu que disse que era em 2019. Eu nunca digo as datas porque eu não sei, eu não faço ideia quanto tempo demoram as coisas, não consigo, porque existe um conjunto de coisas que tem que se fazer que não nos permite anunciar. O Arquiteto anunciou isso, com todo o entusiasmo de uma pessoa que queria ver aquilo pronto, que concebeu, que percebeu rapidamente o programa que nós tínhamos, que interpretou o programa como ninguém.

Sabe porque é que o Cinema tem esse problema? Ele foi construído no pós-guerra, como sabem, ou seja, foi construído com materiais de baixa qualidade, pronto, essa é a razão, o betão com que aquilo foi construído é de muito baixa qualidade e, portanto, não se imaginava que houvesse uma degradação estrutural, nomeadamente ao nível do ferro dentro do betão. Essa é a razão pela qual a obra vai custar muito mais, porque aquilo estava mesmo para cair. Objetivamente a razão é esta, estava para cair”.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

3. Deliberação sobre a autorização prévia da assunção dos compromissos plurianuais para a empreitada de Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Alexandre Herculano.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) interveio, dizendo que: “Agora que se conclui o processo da Escola Alexandre Herculano, com valores atualizados e novas condições para lançar a operação, eu gostava de vir aqui valorizar vários aspetos deste processo, vários aspetos políticos e para a cidade.

O primeiro aspeto que me parece relevante, até para nós enquanto Assembleia Municipal, sobre aquilo que é a discussão do papel do Município e da sua rela-



ção com os equipamentos da cidade, é precisamente valorizar, na nossa opinião, quer a cooperação, quer o empenho do Município, neste caso, junto do Estado para resolver problemas concretos da cidade. Inclusivamente esta atitude, neste processo em concreto, revestiu-se até de alguma criatividade e parece-nos a nós que esta é uma atitude que devemos sublinhar porque nem sempre tem sido a postura da Câmara Municipal em relação a alguns problemas.

A segunda questão tem a ver com um princípio que, aliás, norteou a campanha do Bloco de Esquerda em 2017, que é esta ideia de devolver equipamentos públicos à cidade. Isto tem vindo a ser feito, pelo menos parcialmente, durante este mandato. Sabemos de muitos equipamentos que estão neste caso, mas parece-nos a nós, que o caso da Escola Alexandre Herculano é, juntamente a outros, como, por exemplo, o caso do Batalha, em que os equipamentos que são devolvidos à cidade e valorizados, porque também é importante esta parte, são equipamentos que importam verdadeiramente às pessoas, têm impacto direto na sua relação com a cidade e com os seus concidadãos e têm um elevado impacto naquilo que são as dinâmicas que a cidade cria e parece-nos a nós também que este pode ser um momento importante de olharmos daqui para a frente para outros equipamentos nas mesmas condições.

Eu deixaria aqui, de um lado, um equipamento público do Estado, que é a Escola Infante Dom Henrique, que sabemos as condições em que se encontra, e, de outro lado, um equipamento municipal, o Abrigo dos Pequenininhos, que o BE já aqui deixou claro que entende que mereceria uma solução mais adequada do que aquela que está neste momento prevista. E porque também não é de somenos, esta escola tem uma característica especial que é precisamente a característica do seu valor patrimonial e arquitetónico, sendo um dos edifícios emblemáticos do Arquiteto Marques da Silva e é também uma questão de respeito pelo património cultural da cidade este empenho que o Município teve neste caso e, parece-nos a nós, também, de uma maneira genérica, em relação ao Arquiteto Marques da Silva.

Há outros equipamentos da cidade, outros edifícios que merecem igual empenho, como, por exemplo, o da Estação de São Bento, que iremos certamente discutir aqui, porque é um projeto muito contestado, inclusive pelo BE, a ser aprovado ou em aprovação. Parece-nos a nós que devia haver um cuidado mais especial por parte da Câmara relativamente a isto”.



O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) fez uma curtíssima intervenção: “Porque a noite já vai longa, apenas para relevar a solução que foi encontrada para a recuperação, a revitalização do Alexandre Herculano e a forma como quase todos, creio eu, andamos bem para resolver um problema que já se arrastava há demasiado tempo e do qual não pode ser excluída também a responsabilidade do anterior Governo. Todos nós conhecemos, já tivemos aqui várias discussões sobre o Alexandre Herculano, o processo mais recente do Alexandre Herculano, um edifício extraordinário, um edifício classificado, com mais de 100 anos, do Arquiteto Marques da Silva, que, em 2009, após vários anos de degradação, foi identificado como sendo uma escola para recuperação prioritária por parte da Parque Escolar. Trata-se de um projeto na ordem dos 15 milhões de euros, se a memória não me falha, realizado pelos Arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez.

Pouco tempo depois, em 2011, o anterior Governo decidiu suspender este projeto de recuperação do Liceu, como todos ou quase todos ainda lhe chamamos, decidiu suspender, mas decidiu suspender não reafectando outros recursos, decidiu suspender não procurando salvaguardar os vários problemas estruturais que o edifício já identificava, decidiu pura e simplesmente suspender e não apresentar qualquer outra solução durante anos e anos.

Durante este período, a escola deteriorou-se de forma muito significativa, é do conhecimento público, o piso abateu em vários corredores, tiveram de fechar vários laboratórios, havia pragas de ratos e outro tipo de infestações, as condições da escola degradaram-se, ano após ano, e houve um movimento por parte dos professores, dos alunos e dos ex-alunos que, inclusivamente, chegaram a fechar a escola e salientaram as dificuldades que existiam para continuarem a lecionar naquele contexto.

Em 2016, o Partido Socialista no Porto lançou um Movimento chamado ‘Não deixamos cair o Alexandre Herculano’, o qual envolveu, de uma forma geral, a sociedade civil, nomeadamente o Engenheiro Belmiro de Azevedo e o Manuel Alegre, que foram estudantes daquela Escola. Apresentamos também um projeto de resolução, e falamos na altura com o Presidente da Câmara do Porto, no sentido de desenvolver todas as diligências e todos os esforços para, junto do Governo, encetarmos o que pudéssemos para resolver este problema. São conhecidas, aliás, várias conversas que foram tidas com o próprio Ministro Tia-



go Brandão Rodrigues no sentido de ele perceber que o próprio PS no Porto considerava prioritária a recuperação desta escola.

Em 2018 foi fechado o acordo, entre o Governo e a Câmara Municipal do Porto, para a revitalização desta escola, com a revisão do projeto que então existia para valores financeiramente mais acomodáveis com a disponibilidade orçamental que existia. E a Câmara Municipal do Porto andou bem, porque aceitou assumir a responsabilidade da obra e a sua comparticipação.

Um ano depois desta assinatura, depois de todo este trabalho e de tudo o que fizemos, a obra vai mesmo avançar.

Nós estivemos lá há poucos dias, vimos que já começaram as mudanças para a escola temporária, mesmo ao lado do Alexandre Herculano e pressupomos que entre o final de setembro e início de outubro, o mais tardar, o Alexandre Herculano vai ser mesmo requalificado.

Isto é a demonstração que quando o Porto se une conseguimos uma conquista para a nossa cidade, para os alunos o Alexandre Herculano, neste caso, para a zona oriental da cidade do Porto, sendo de relevar a forma como quase todos os agentes políticos se comportaram neste processo. Fica certamente o Porto a ganhar”.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) lembrou que: “A CDU sempre recomendou a necessidade urgente da requalificação daquela Escola, que durante anos a fio foi ficando à margem de intervenções, de requalificação e de reabilitação.

Num edifício que é património de interesse histórico, arquitetónico e urbanístico, classificado como imóvel de interesse público, é inaceitável e é intolerável que sucessivos Governos tenham negligenciado e protelado este grave problema, que tem posto em risco, não só tranquilidade necessária à aprendizagem dos alunos, como também põe em perigo a segurança dos alunos, dos professores e dos funcionários desta Escola.

Consideramos e reiteramos que a requalificação das escolas é uma competência da Administração Central, da responsabilidade do Ministério da Educação, e que não é correto fazer recair ou transferir para os municípios parte dos encargos financeiros.



Consideramos também, por outro lado, que, por parte da Autarquia, tem que existir sempre um papel e uma postura reivindicativa no cumprimento destas obrigações, no entanto, considerando a urgência na concretização desta obra de requalificação e modernização, a CDU votou favoravelmente a aceitação do acordo de colaboração entre o Ministério da Educação e o Município do Porto, referente à requalificação e modernização das instalações da Escola Alexandre Herculano.

Importa também referir e valorizar que neste processo todo se encontra salvaguardada a construção de um pavilhão polidesportivo, para utilização da população local, que passará a poder usufruir deste tipo de serviço e que, neste momento, não o tem. Por isso mesmo, nós votaremos também favoravelmente esta proposta que nos é hoje apresentada”.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) interveio, dizendo: “Ouvi com muita atenção o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro e devo dizer-lhe que já antecipava, de alguma forma, a sua intervenção, porque Vossa Ex.^a tem esse mérito, é que foi bastante coerente com a outra intervenção que já tivemos sobre este assunto. Mas permita-me que lhe recorde aquilo que lhe disse aquando da sua última intervenção sobre exatamente este tema, é que este problema não começa, para seu desgosto, com o Dr. Passos Coelho, começa com o Eng.º José Sócrates, que de facto, inscreveu o investimento previsto no Alexandre Herculano ainda em 2007, com valores que hoje toda a gente considera, que seriam à época e hoje também, megalómanos, creio que a verba que estava prevista para a intervenção no Alexandre Herculano era de cerca de 14 milhões de euros, mas, embora tenha inscrito essa verba, não desenvolveu qualquer atividade.

Em finais de 2011, quando de facto o Dr. Passos Coelho assume a governação do país, bem sabemos o contexto em que o fez e sabemos também o estado em que estavam as finanças públicas e as condições que tinha para assegurar um conjunto de investimentos que tinham que ser pré-inscritos e não concretizados, não realizados pelo Governo Socialista, um dos quais era certamente os investimentos megalómanos, muitos deles inscritos na Parque Escolar.

Portanto, dizer que o Alexandre Herculano é fruto de o Governo social-democrata nada ter feito durante anos e anos, Senhor Deputado, haja decoro.



De facto, o que nós hoje sabemos é que se o investimento PSD não foi feito foi justamente porque estava previsto fazer-se com 100% de fundos do Estado e do Governo. E há ainda outro aspeto fundamental, é que, quando se dá a queda do telhado, dos estuques e o partir dos vidros, há mais de um ano, ou seja, foi no inverno 2016/2017, o Governo Socialista já estava no poder. Consulte os dados sobre isso, veja os registos que existem reunidos sobre essa matéria e vai ver que é verdade. Agora, continuar a insistir e tentar aqui mascarar uma realidade, para dizer que este é um exemplo da descentralização socialista, não nos obrigue a falar outra vez daquilo que falou o meu colega Alberto Machado, que eu aí podia acrescentar outras coisas. Olhe, falava das Residências Universitárias, por exemplo, e da dualidade de critérios que há nesse investimento. Portanto, se hoje estamos aqui, é porque de facto, há fundos comunitários e porque a Câmara Municipal do Porto, e bem, se empenhou na realização deste assunto, mesmo assim, a expensas superiores a cerca de 3 milhões de euros, ficando ainda uns acessos exteriores por realizar, os acessos subterrâneos e até o teatro que estava inicialmente preconizado”.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que, devido ao adiantado da hora, aquela Sessão Ordinária continuará no dia 23 de setembro de 2019, às 21h00, seguida de uma Sessão Extraordinária.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a sessão, eram 23h55.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria